

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 082/2026
Data: 20/05/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TECON SANTOS 10: ENTIDADES DEFENDEM QUE LEILÃO ACONTEÇA AINDA NESTE ANO.....	4
ESTIVADORES ENTRAM EM GREVE NO PORTO DE SANTOS E NO RESTO DO BRASIL.....	4
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	5
VIADUTO DA VITARELLA SAI DO PAPEL EM PACOTE DE R\$ 473 MI PARA RODOVIAS.....	5
ETANOL PROJETA SETOR SUCROENERGÉTICO PARA O FUTURO COM PRODUTOS VERDES.....	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
OPERAÇÃO DA ANTAQ IDENTIFICA IRREGULARIDADES EM TRAVESSIAS DA BR-230, NO AMAZONAS (AM).....	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS AVANÇA EM ESTUDO SOBRE CARGA AÉREA COM VISITAS TÉCNICAS A CENTROS LOGÍSTICOS EM SÃO PAULO.....	9
EMPRESAS TÊM ATÉ 5 DE JUNHO PARA ADERIR AO PACTO PELA SUSTENTABILIDADE.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	11
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ACOMPANHA ASSINATURA DE MPs PARA MOTORISTAS DE APLICATIVO, TAXISTAS E ENTREGADORES.....	11
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AUTORIZA R\$ 473,4 MILHÕES EM INTERVENÇÕES RODOVIÁRIAS EM PERNAMBUCO.....	13
INVESTIMENTO EM RODOVIAS EVITA 2,6 MIL SINISTROS E GERA ECONOMIA DE R\$ 1,28 BILHÃO.....	13
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CRIA CENTRO NACIONAL PARA PREVENIR MORTES NO TRÂNSITO.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – NAVEGAÇÃO SUSTENTÁVEL.....	16
OPINIÃO – ARTIGOS - FALSOS BRILHANTES.....	17
POLÍTICA - FLÁVIO FOI À CASA DE VORCARO APÓS PRIMEIRA PRISÃO.....	18
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	19
<i>À espera</i>	19
<i>O aval do TCU</i>	19
<i>Demanda urgente</i>	19
<i>Novo modelo</i>	19
POLÍTICA - FILME DE BOLSONARO JÁ CUSTOU R\$ 65,7 MI; VORCARO BANCOU 92%.....	20
POLÍTICA - ALIADOS DE LULA PEDEM AO TSE VETO AO FILME.....	21
POLÍTICA - GALÍPOLO DIZ QUE LULA PEDIU TRATAMENTO TÉCNICO NO CASO MASTER.....	21
POLÍTICA - Câmara aprova PL dos Safristas	22
POLÍTICA - LULA DIZ QUE OUVIRÁ EMPRESAS SOBRE FIM DA ESCALA 6X1.....	23
POLÍTICA - FLÁVIO BOLSONARO SUGERE PAGAMENTO POR HORA.....	24
TRANSPORTES – PORTOS - SETOR PRODUTIVO REAGE À PROPOSTA DE FLEXIBILIZAÇÃO NO TECON SANTOS 10.....	24
TRANSPORTES - PORTOS - GOVERNO REVOGA CONCESSÃO DO CAIS MAUÁ E ENCERRA CONTRATO COM CONSÓRCIO.....	25
TRANSPORTES – HIDROVIAS - REGIÃO DOS LAGOS AVANÇA COM TRANSPORTE HIDROVIÁRIO EM NOVAS ROTAS.....	26
TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO - BRASKEM INCORPORA NOVOS NAVIOS E AVANÇA NA DESCARBONIZAÇÃO DA FROTA MARÍTIMA.....	27
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - RELATÓRIO DO CENIPA APONTA INCIDENTE GRAVE ENTRE AVIÕES EM CONGONHAS.....	28
BRASIL EXPORT - AEROPORTO DE GUARUJÁ SERÁ TEMA DE DEBATE NO SANTOS EXPOR.....	29
BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO SANTOS EXPORT 2026.....	30
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS VÊ PARCERIA COM PEMEX COMO CAMINHO NATURAL NO GOLFO DO MÉXICO.....	30
PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM QUEDA COM EXPECTATIVA DE ACORDO ENTRE EUA E IRÃ.....	31
PETRÓLEO E GÁS - TCU VÊ ‘DESALINHAMENTO’ NA PETROBRAS EM 2024.....	32
PETRÓLEO E GÁS - ALBACORA: PRODUÇÃO SERÁ RETOMADA ATÉ JUNHO.....	33
ENERGIA - ANEEL APROVA R\$ 5,5 BI PARA REDUZIR CONTA DE LUZ.....	34
ENERGIA - LEILÃO DE RESERVA PODE TER IRREGULARIDADES.....	35
INDÚSTRIA - CÂMARA ARTICULA VOTAÇÃO DE PROGRAMA PARA INCENTIVAR INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES.....	35
AGRONEGÓCIO - BRASIL ABRE MERCADOS NO CANADÁ E CHILE PARA NOVOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.....	36
AGRONEGÓCIO - FÓRUM DO CAFÉ DEBATE GARGALOS LOGÍSTICOS E EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES.....	37
ESG - PORTO DIVERSO: FLÁVIA CINTRA DEFENDE INCLUSÃO SEM ESTIGMAS.....	38



ESG - EXPERIÊNCIAS LOCAIS DISCUTEM CAMINHOS PARA AMPLIAR ACESSO AO TRABALHO.....	39
FINANÇAS - PROGRAMA MOVE BRASIL TEM JUROS MENORES PARA MULHERES	40
FINANÇAS - IBOVESPA CAI 1,52%, AOS 174,2 MIL PONTOS	41
JUSTIÇA - AGU DIZ AO STF QUE LEI DA DOSIMETRIA É INCONSTITUCIONAL	41
JUSTIÇA - MASTER: PF MIRA SUSPEITO DE VAZAR DADOS	42
JUSTIÇA - POLÍCIA LOCALIZA CORPO DE DESEMBARGADOR DO TRF-2.....	43
JUSTIÇA - OPERAÇÃO REVELA ESQUEMA DO FALSO ADVOGADO.....	44
PORTUGAL - PORTUGAL LIBERA RESIDÊNCIA PARA MENORES ESTRANGEIROS NASCIDOS NO PAÍS	44
INTERNACIONAL - JUSTIÇA ESPANHOLA INVESTIGA EX-PREMIÊ ZAPATERO POR SUPOSTO TRÁFICO DE INFLUÊNCIA	46
INTERNACIONAL - TRUMP CHAMA CUBA DE NAÇÃO “FRACASSADA” E DIZ QUERER AJUDAR	46
INTERNACIONAL - ISRAEL MATA 12 PESSOAS EM ATAQUE AO LÍBANO.....	47
JORNAL O GLOBO – RJ.....	48
NORDESTE LIDERA CRESCIMENTO DO NÚMERO DE TURISTAS ESTRANGEIROS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026	48
JUÍZES E PROCURADORES TENTAM CRIAR NOVO PENDURICALHO SIMILAR AO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	49
NÃO É PAPEL DO GOVERNO FINANCIAR CARROS E TÁXIS NOVOS	51
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	52
SEM ACORDO SOBRE TRANSIÇÃO, RELATÓRIO DA PEC DO FIM DA ESCALA 6X1 É ADIADO PARA PRÓXIMA SEGUNDA	52
SUSEP AVANÇA EM DISCUSSÃO SOBRE SEGURO CONTRA CATÁSTROFES CLIMÁTICAS E IMPACTOS NA INFRAESTRUTURA	53
OPINIÃO - INDÚSTRIA BRASILEIRA ENFRENTA CONCORRÊNCIA DESIGUAL.....	53
VALOR ECONÔMICO (SP).....	54
NÃO TEMOS ACORDO COM PETROBRAS PARA PERMITIR LEILÃO DE GÁS DA UNIÃO, DIZ DIRETOR DA PPSA	54
MINÉRIO DE FERRO AVANÇA 0,19% NA BOLSA DE DALIAN	56
ANÁLISE: PESQUISA QUEBRA FAVORITISMO DE FLÁVIO E MOSTRA AZARÕES NA CORRIDA PRESIDENCIAL	56
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	57
EM ACÓRDÃO, TCU AVISA QUE LEILÃO SEM RESTRIÇÕES DO TECON 10 TEM DE SER ANALISADO DE NOVO PELO TRIBUNAL ..	57
PETRÓLEO DESPENCA MAIS DE 7% COM SINAIS DE AVANÇOS NAS NEGOCIAÇÕES EUA-IRÃ E RETOMADA EM HORMUZ	58
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	60
LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS SOBE 36% NO 1ºTRIMESTRE	60
SAFRA E DEMANDA POR DERIVADOS AMPLIARÃO ESMAGAMENTO DE SOJA EM 2026, PREVÊ ABIOVE	61
ARTIGO - COMISSÃO TRIPARTITE VISA DAR MAIS SEGURANÇA AO TRABALHO MARÍTIMO	62
VLI REGISTRA MOVIMENTAÇÃO MENSAL RECORDE DE GRÃOS E FARELOS.....	63
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	64
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	64

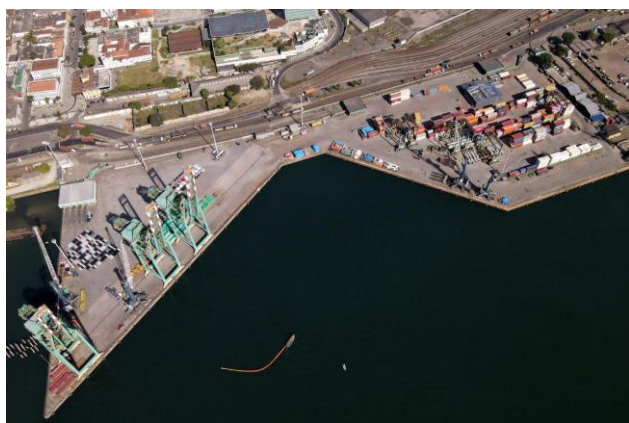


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TECON SANTOS 10: ENTIDADES DEFENDEM QUE LEILÃO ACONTEÇA AINDA NESTE ANO

Manifesto pede ampla concorrência no certame e alerta para riscos de atraso com mudanças no modelo debatido pela Antaq

Do Estadão Conteúdo 20 de maio de 2026 às 10:44



No documento, as associações pedem preservação da ampla concorrência e condições iguais de participação para os operadores no certame. (Alexsander Ferraz/AT)

Entidades dos setores de logística, infraestrutura, comércio exterior e agronegócio divulgaram manifesto em defesa da realização do leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10 ainda este ano. No documento, as associações pedem preservação da ampla concorrência e condições iguais de participação para os operadores no certame.

“Restrições à participação, em matéria dessa natureza, devem ser rigorosamente excepcionais, tecnicamente fundamentadas e estritamente proporcionais”, diz o manifesto.

Assinam o documento a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), o Instituto Livre Mercado, a Câmara de Comércio Brasil-Ásia (CBA), o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), a Logística Brasil, o Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), a Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea) e o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé).

O grupo defende a manutenção do modelo originalmente proposto pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e pede celeridade na condução do processo pelo Governo Federal. Nesse sentido, cita a manifestação técnica do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da Casa Civil, que classificou o empreendimento como estratégico e recomendou rapidez no projeto.

A proposta da Casa Civil para permitir a participação de armadores na primeira etapa do leilão, condicionada ao desinvestimento de ativos já operados na região, enfrenta resistência na diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Diretores da agência avaliam que eventual mudança no edital poderia demandar nova análise do Tribunal de Contas da União (TCU), o que atrasaria ainda mais o certame. O modelo discutido no TCU em 2025 previa restrição inicial à participação de armadores como MSC e Maersk, permitindo entrada apenas em uma segunda rodada, caso não houvesse propostas válidas de novos operadores.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/05/2026

ESTIVADORES ENTRAM EM GREVE NO PORTO DE SANTOS E NO RESTO DO BRASIL

Paralisação marcada para esta quarta-feira (20) mobiliza trabalhadores portuários em meio a debate sobre mudanças no marco legal do setor

Por Ted Sartori 20 de maio de 2026 às 06:59



A preocupação é quanto à possibilidade de perda de exclusividade no trabalho nos portos brasileiros (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

Uma greve nacional dos estivadores com duração de 12 horas está marcada para ocorrer nesta quarta-feira (20). A deliberação pelo movimento aconteceu em reunião do Conselho da Federação Nacional dos Estivadores. Outra está prevista para 3 de junho, porém com 24 horas. A preocupação é quanto à possibilidade de perda de exclusividade no trabalho nos portos brasileiros.

Dentre as entidades que aderiram, está o Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva). O movimento, no entanto, está dividido por causa de reunião convocada para nesta quinta-feira (21), em Brasília, pelo deputado federal Arthur Maia (União-BA), com as federações do setor.

O parlamentar é responsável pelo relatório final do Projeto de Lei (PL) 733/2025, que tramita na Câmara e vai atualizar o marco legal do setor portuário. A entrega aconteceria em 10 de abril, mas ainda não foi feita.

“Não aceitamos a desmobilização da greve. Todas as estivas do Brasil tinham aderido, mas a reunião convocada pelo relator fez com que algumas parassem com o movimento”, afirma o presidente do Sindiestiva, Bruno José dos Santos.

O encontro do parlamentar será com as três federações que representam trabalhadores avulsos do setor no Brasil.

“Se é feita uma greve e a pessoa chama para negociar e conversar, temos que prestigiar o processo de negociação. Na sexta-feira, teremos uma outra com os presidentes da estiva do Brasil para avaliar o resultado e deliberar os próximos passos”, diz o presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson Pereira.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 20/05/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

VIADUTO DA VITARELLA SAI DO PAPEL EM PACOTE DE R\$ 473 MI PARA RODOVIAS

Recursos contemplam as rodovias BR-316, a BR-101, a BR-363 em Noronha e a travessia urbana de Toritama

Por Mariana Araújo



BR 101: engarrafamentos constantes e prejuízos na altura do km 84, próximo à fábrica da Vitarella. Foto: reprodução TV Globo

A governadora Raquel Lyra e o ministro dos Transportes, George Santoro, assinaram nesta terça-feira (19), em Brasília, ordens de serviço e autorizações que somam R\$ 473,4 milhões em investimentos em rodovias que cortam Pernambuco. O pacote incluir a pavimentação de 102,2 quilômetros da BR-316 e BR-110 entre Inajá, Ibirimir e

Petrolândia, a construção do Viaduto da Vitarella, na BR-101, em Jaboatão dos Guararapes, a revitalização da BR-363 em Fernando de Noronha, além da abertura da licitação para a travessia urbana de Toritama.

Do total, R\$ 439,1 milhões correspondem às ordens de serviço para obras já autorizadas, enquanto outros R\$ 34,3 milhões referem-se ao lançamento do edital de licitação para a travessia urbana de Toritama. As iniciativas integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e têm como objetivo atacar gargalos históricos de infraestrutura que afetam a competitividade da economia pernambucana.

“Repassar recursos para a infraestrutura é fundamental, sem isso a gente não consegue avançar e tirar os nós logísticos do país, e a Transnordestina entra nisso. Estamos fazendo uma política pública, colocando recurso público para viabilizar projetos que não poderiam ser feitos só com a iniciativa privada”, afirmou o ministro George Santoro.

“Estamos dando ordem de serviço da estrada de Ibimirim, vamos refazer a estrada de Fernando de Noronha, que passou décadas sem investimento, agora veio o edital de licitação da travessia de Toritama, obra fundamental para que os polos de confecções possam estar melhor conectados. E temos a alegria de poder anunciar que o contrato da Transnordestina está pronto para ser assinado junto com o presidente Lula, além do Viaduto da Vitarella, que é sonhado há muito tempo”, afirmou Raquel Lyra.

Gargalo na altura da fábrica da Vitarella

Na Região Metropolitana do Recife, foi autorizada a construção do Viaduto da Vitarella, na BR-101, em Jaboatão dos Guararapes. Com investimento de R\$ 19,6 milhões, a obra deverá melhorar a fluidez do tráfego em um dos trechos mais congestionados do Grande Recife.

A intervenção é aguardada há anos por motoristas e empresas que dependem do corredor logístico para o transporte de cargas e para o deslocamento diário entre os municípios da região metropolitana.



Reunião entre ministro George Santoro e a governadora Raquel Lyra marcou assinatura de contratos – Foto: Hesíodo Góes/Secom

Rodovias do Sertão recebem maior volume de recursos

O principal investimento do pacote está concentrado no Sertão. Serão destinados R\$ 387,8 milhões para a manutenção e pavimentação de 102,2 quilômetros das BRs-316 e 110, no trecho que liga os municípios de Inajá, Ibimirim e Petrolândia.

A obra é considerada estratégica para fortalecer a conexão entre o Sertão do Moxotó e o Sertão de Itaparica, facilitando o transporte de mercadorias, reduzindo custos logísticos e melhorando as condições de deslocamento da população. Além de beneficiar diretamente produtores rurais e empresas instaladas na região, a intervenção tende a ampliar a integração econômica do interior com os principais centros consumidores do Estado.

Noronha e Toritama

Em Fernando de Noronha, o pacote prevê a revitalização da BR-363, principal via da ilha, com 6,8 quilômetros de extensão e investimento de R\$ 31,7 milhões. A obra é considerada essencial para melhorar a mobilidade de moradores e turistas em um dos principais destinos turísticos do país.

No Agreste, o Ministério dos Transportes anunciou a abertura da licitação para a revitalização da BR-104 na travessia urbana de Toritama. O projeto abrange 2,87 quilômetros e terá aporte estimado em R\$ 34,3 milhões, com impacto direto sobre o Polo de Confecções do Agreste.

Estradas no Rio Grande do Norte

Nesta semana, o ministro dos Transportes, George Santoro, formalizou novos investimentos em infraestrutura no Rio Grande do Norte. Foi assinado o contrato para a duplicação de 38,1 quilômetros da BR-304, no trecho entre Macaíba e Riachuelo, com aporte de R\$ 204,4 milhões e previsão de início das obras em até 30 dias.

Considerada um dos principais corredores rodoviários do estado, a BR-304 é fundamental para a integração entre a Região Metropolitana de Natal e o interior potiguar, além de desempenhar papel relevante no transporte de cargas e na circulação de pessoas.

O ministro também assinou a ordem de serviço para a construção da travessia urbana de Macaíba, etapa que integra a conclusão da duplicação da Reta Tabajara e do viaduto de acesso ao Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante. O trecho, por onde circulam mais de 50 mil veículos por dia, é uma das mais importantes conexões entre a capital potiguar e o interior do estado.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 20/05/2026

ETANOL PROJETA SETOR SUCROENERGÉTICO PARA O FUTURO COM PRODUTOS VERDES

O 27º Seminário regional sobre cana-de-açúcar contou com uma palestra de Dib Nunes Júnior que afirmou que setor sucroenergético pode produzir amônia anidra, ampliar biogás e superar crise em até dois anos.

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



A abertura do 27º seminário sobre cana-de-açúcar que ocorreu nesta terça-feira (19). Foto: Divulgação/AFCP

O diretor do grupo Idea, Dib Nunes Júnior, afirmou que o setor sucroenergético pode produzir uma “amônia anidra”, considerada matéria-prima para o adubo nitrogenado, utilizando nitrogênio do ar e gás carbônico gerado na fermentação da cana-de-açúcar. Segundo ele, o setor enfrenta uma crise provocada por preços baixos, juros altos e falta de financiamento, mas possui estrutura industrial e agrícola suficiente para atravessar o momento e o etanol vai ser “a matéria-prima” para produtos verdes que acenam para

o futuro.

O executivo fez a palestra de abertura do 27º Seminário Regional sobre Cana-de-Açúcar que começou nesta terça-feira (19) na sede da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar (AFCP), na Imbiribeira, Zona Sul do Recife (PE). Ele abordou o tema Um overview sobre o setor sucroenergético do Brasil e suas novas tecnologias.

“No máximo em dois anos, o setor deve voltar a operar com margem positiva”, afirmou Dib. Ainda de acordo com o executivo, a amônia anidra – que pode ser usada como matéria-prima para fazer o fertilizante nitrogenado – poderia ser produzida pelo setor utilizando o nitrogênio do ar e o gás carbônico da fermentação da cana-de-açúcar. “Com isso, se faz um composto idêntico à amônia anidra”, disse Dib. O Brasil atualmente importa mais de 80% do fertilizante nitrogenado usado no País.

Em entrevista ao Movimento Econômico, ele argumentou que um dos produtos derivados do processo industrial do setor que vai aumentar o consumo é o biogás. “Existem várias usinas com pedido de financiamento no BNDES para fazer o biogás”, disse.

Além do biogás, o executivo destacou também que o setor sucroenergético possui novas frentes de negócios para o futuro como plástico biodegradável, isopor, entre outros. “E o mundo precisa de

etanol, porque etanol é uma das matérias-primas mais baratas que para a substituição de produtos feitos a partir do combustível fóssil”, comentou o executivo.

Segundo Dib Nunes, os resíduos da vinhaça também podem substituir totalmente o potássio usado na cultura da cana-de-açúcar, servindo como fertilizantes.



Dib Nunes Júnior fala sobre as perspectivas que o etanol e subprodutos podem trazer ao setor. Foto: Movimento Econômico

Etanol de milho e o impacto no setor sucroenergético

Dib Nunes afirmou que, num primeiro momento, o etanol de milho pode ser ruim para o setor, porque se a oferta do produto for muito alta, pode derrubar os preços no curto prazo. Mesmo assim, ele avaliou a expansão da produção positiva, a longo prazo, porque fortalecerá o Brasil no mercado internacional de venda de etanol.

Há uma tendência, argumentou Dib, do aumento do consumo do etanol em navios, aviões, motocicletas e automóveis, além das exportações. Na opinião dele, isso tende a equilibrar o mercado no futuro. “Quando os outros países precisarem do etanol, vão comprar do Brasil”, destacou.

Dib Nunes afirmou que o setor precisa de mudanças nas políticas públicas, estabilidade jurídica e linhas de financiamento com juros menores para investir em novos produtos. Ele disse que o setor está estruturado, com indústria e lavoura equipadas, mas enfrenta dificuldades por causa dos juros elevados e dos preços baixos pagos atualmente pelo mercado.

De acordo com o diretor do grupo Idea, o açúcar deve recuperar (o preço) antes do etanol e o equilíbrio gradual entre consumo e exportação ajudará o setor a enfrentar a crise. “Nós estamos numa situação difícil de preço no momento, o mercado está pagando pouco. O etanol vai sofrer mais do que o açúcar, o açúcar vai se recuperar antes. E eu tenho certeza absoluta que com um pequeno estímulo o setor volta a crescer. O estímulo não precisa vir do governo, pode vir dos preços”, comentou.

O seminário vai acontecer até a quinta-feira (21) com várias palestras voltada. Ainda nesta terça-feira (19), também ocorreu a palestra Perspectivas e desafios na gestão de pessoas para as próximas safras, que teve como debatedoras a diretora de Meio Ambiente e E.S.G da Usina Cucaú, Cláudia Dantas; a gerente de RH da Usina São José, Camila Ramos de Barros e a diretora de RH e Marketing da Usina Petribú, Flávia Petribú Ribeiro.

Junto com a programação de debates, também ocorre uma exposição de empresas que fornecem desde novas tecnologias ao setor sucroalcooleiro até tradicionais fabricantes de equipamentos para o setor. “Temos que buscar inovações para conseguirmos sobreviver”, afirmou o presidente da AFCEP, Alexandre Andrade Lima.

Uma das empresas que estavam expondo no local foi a Tecbio, que tem a sua fábrica e laboratório em Santa Barbara do Oeste, na Região Metropolitana de Campinas, no interior de São Paulo. “Desenvolvemos um composto biológico que faz um pré-tratamento do mosto para estimular a levedura a priorizar reações intracelulares para a produção de etanol”, diz o CEO da Tecbio, Tiago Rino. O mosto é uma combinação do caldo que vem da cana mais o mel que é o subproduto da produção de açúcar.

Segundo Tiago, as empresas que compraram esta solução chegaram a apresentar um aumento, em média, de 7% a 8% na produção de etanol. “Tivemos uma usina de Pernambuco que registrou um aumento de 10% no volume do etanol sem aumentar os seus custos”, resumiu.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 20/05/2026



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

OPERAÇÃO DA ANTAQ IDENTIFICA IRREGULARIDADES EM TRAVESSIAS DA BR-230, NO AMAZONAS (AM)

Ação prevista no Plano Anual de Fiscalização verificou atividade de travessias nos rios Madeira, Aripuanã e Mucuí



Brasília, 19/05/2026 – A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, entre os dias 04 e 08/05, uma ação prevista no Plano Anual de Fiscalização (PAF 2026) em travessias localizadas na BR-230 (Transamazônica), no estado do Amazonas (AM). A iniciativa, coordenada pela Unidade Regional de Porto Velho (UREPV), identificou irregularidades na prestação do serviço de transporte aquaviário operado pela empresa Amazônia Navegações LTDA nos rios Madeira, Aripuanã e Mucuí. Foram fiscalizadas as condições operacionais das embarcações, a regularidade documental e o cumprimento das normas regulatórias da Agência.

Na travessia sobre o Rio Madeira, em Humaitá (AM), foi constatada a operação de uma embarcação não vinculada ao Termo de Autorização da empresa, o que resultou em notificação. Na travessia sobre o Rio Aripuanã, em Apuí (AM), foram identificadas duas irregularidades: operação de embarcação sem previsão no Termo de Autorização e ausência de identificação do funcionário que atua em contato com os usuários. As mesmas irregularidades foram registradas na travessia sobre o Rio Mucuí, em Canutama (AM).

As ações da ANTAQ na região têm contribuído para melhorias na prestação do serviço naquelas áreas que são mais afastadas dos centros urbanos. “A UREPV tem observado de perto os quesitos relacionados à limpeza das embarcações e à disponibilidade de equipamentos de segurança”, destacou o chefe substituto da unidade, Derivaldo Gomes.

De acordo com a unidade regional, as travessias são fiscalizadas, em média, duas vezes ao ano, com o objetivo de acompanhar as condições de operação e aperfeiçoar o serviço prestado à população.

Deslocamento

Para a realização das fiscalizações, foram percorridos aproximadamente 1.260 quilômetros de estradas não pavimentadas da BR-230. O deslocamento incluiu travessias e acessos em áreas de difícil alcance, cujas condições de trafegabilidade exigiram planejamento logístico e enfrentamento de trechos impactados pelo período chuvoso.

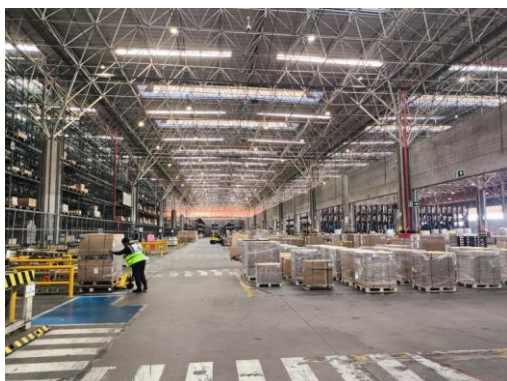
Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 20/05/2026

Equipe do MPor e pesquisadores da UFSC conheceram operações de grandes empresas como Amazon e Shopee



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) realizou, na última semana, uma série de visitas técnicas a terminais de carga e centros logísticos em São Paulo, em parceria com pesquisadores do Laboratório de Transportes e Logística (Labtrans), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A iniciativa integra o estudo conduzido pelo ministério para mapear desafios, gargalos e oportunidades de melhoria no transporte aéreo de cargas no Brasil.

Durante três dias, técnicos do MPor e pesquisadores da UFSC visitaram os Terminais de Carga Aérea (TECA) de Viracopos e Guarulhos. Juntos, eles responderam por 38% da movimentação de carga aérea do país em 2025. A equipe também esteve em centros logísticos de empresas como Amazon, DHL, Latam Airlines, Cainiao (braço logístico da AliExpress), além da Ajun, responsável pelo transporte de encomendas de plataformas como Shein, Temu e Shopee.

O avanço do e-commerce no Brasil tem aumentado a demanda por operações logísticas mais rápidas, eficientes e integradas, tornando o transporte aéreo estratégico para garantir prazos menores de entrega e ampliar a conexão entre mercados nacionais e internacionais.

A pesquisa em campo foi estruturada em quatro eixos centrais: infraestrutura, sustentabilidade, cadeia de segurança e crescimento do e-commerce. Durante as visitas, os técnicos puderam acompanhar de perto os processos logísticos de importação e exportação, as etapas de desembaraço fiscal e as estratégias.

Um dos exemplos observados pela equipe foi a parceria logística entre a Amazon e a Azul Linhas Aéreas. O modelo permite que a empresa de comércio eletrônico realize o preparo, a inspeção e a paletização das cargas de acordo com os padrões exigidos pela companhia aérea antes do embarque. Na prática, isso reduz etapas operacionais, otimiza o fluxo logístico e diminui custos para o transporte das mercadorias.

Para o secretário Nacional de Aviação Civil (SAC), Daniel Longo, iniciativas como essa podem servir de referência para o aprimoramento dos processos de importação e transporte aéreo de carga no Brasil. “Como governo, precisamos entender como esses modelos funcionam, dialogar com os órgãos reguladores, como a Anac, com os operadores e avaliar políticas que simplifiquem procedimentos e possam reduzir custos para empresas e consumidores”, afirmou.

O estudo busca compreender como o setor pode se preparar para absorver o crescimento das encomendas movimentadas por plataformas digitais e operadores logísticos. O objetivo do MPor é transformar esse conhecimento em apoio para políticas públicas e em medidas que apontem os principais gargalos do setor e indiquem caminhos para fortalecer a infraestrutura, ampliar a competitividade e apoiar o crescimento das operações logísticas no país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/05/2026

EMPRESAS TÊM ATÉ 5 DE JUNHO PARA ADERIR AO PACTO PELA SUSTENTABILIDADE

Iniciativa do MPor certifica organizações comprometidas com práticas ESG, garantindo benefícios como prioridade em análise de projetos e acesso a financiamentos

Empresas dos setores portuário, aquaviário e aeroportuário têm até 5 de junho para formalizar a adesão ao Pacto pela Sustentabilidade, uma iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor),

que integra a Política de Sustentabilidade. O objetivo é a incorporação da sustentabilidade à infraestrutura de transporte, alinhando o setor aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU).



Entre os incentivos previstos estão a prioridade em análises de projetos, o acompanhamento de processos de licenciamento ambiental e o reconhecimento institucional pelo ministério.

Com a adesão, as organizações concorrerão ao Selo de Sustentabilidade nas categorias Bronze, Prata, Ouro e Diamante, conforme o nível de comprometimento e os resultados alcançados. Os concorrentes deverão apresentar ações contemplando os três eixos da Política: Planejamento e Governança, Meio Ambiente e Mudança do Clima e Responsabilidade Social.

Entre os incentivos previstos estão a prioridade em análises de projetos, o acompanhamento de processos de licenciamento ambiental e o reconhecimento institucional pelo ministério.

Inscrições

Os interessados em participar devem realizar a inscrição no site do MPor. A participação é voluntária e a empresa deve ter mais de 100 funcionários. Além disso, é necessário estar em dia com as obrigações trabalhistas e não possuir histórico de denúncias comprovadas de trabalho forçado, infantil, assédio ou discriminação, sem a devida apuração, entre outros critérios.

As organizações também deverão apresentar um Plano de Ação com metas e iniciativas voltadas às boas práticas ambientais, sociais e de governança corporativa.

Sobre a Política

A Política de Sustentabilidade do MPor foi instituída pela Portaria 58, de janeiro de 2025, e estabelece diretrizes para fortalecer a governança ambiental, climática e social nos setores portuário, aquaviário e aeroportuário.

A iniciativa busca garantir que a infraestrutura logística brasileira opere de forma alinhada à preservação ambiental, à responsabilidade social, à transparência e ao interesse público, além de incentivar a adoção de práticas sustentáveis pelo setor privado, por meio do Pacto pela Sustentabilidade.

Serviço

O quê: adesão ao Pacto pela Sustentabilidade

Prazo: até 5 de junho de 2026

Quem pode participar: empresas dos setores portuário, aquaviário e aeroportuário com mais de 100 funcionários

Inscrições: disponíveis no site do MPor

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/05/2026



Normas preveem até R\$30 bilhões em financiamentos e atualização da regulamentação para motofrete, mototáxi e motoboy

Motoristas, taxistas e entregadores passam a contar com novas regras para financiamento e exercício da atividade. - Foto: Jerônimo Gonzalez

Ao lado do presidente Lula, o ministro dos Transportes, George Santoro, participou nesta terça-feira (19) da assinatura da Medida Provisória que destina até R\$ 30 bilhões em crédito para que taxistas e motoristas de aplicativo financiem a compra de carros novos com juros mais baixos. A iniciativa também oferece condições especiais para manutenção da frota e capital de giro, além de linhas diferenciadas voltadas às mulheres.

“Os bancos precisam de garantia para financiar qualquer coisa. Há espaço para todo mundo neste país, e o papel do Governo do Brasil é facilitar a vida do povo trabalhador”, afirmou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia em São Paulo.

Para melhorar as condições de trabalho das categorias afetadas pelos altos custos da atividade, o programa oferecerá crédito para ampliar o acesso de investimento aos profissionais. Podem participar motoristas de aplicativos com cadastro ativo há pelo menos 12 meses, que tenham realizado ao menos 100 corridas nesse período, na mesma plataforma, além de taxistas registrados e em exercício da função.

Os critérios favoráveis de financiamento valem para carros novos de até R\$ 150 mil que atendam às diretrizes de sustentabilidade – flex, híbridos flex, elétricos ou exclusivamente a etanol – de montadoras habilitadas no Programa Mover. A solicitação deve ser feita na página gov.br/movebrasil.

Mudança na realidade

Durante o evento, também foi assinada a Medida Provisória que moderniza o marco regulatório das atividades de motofrete, mototáxi e motoboy. A proposta altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Lei nº 12.009/2009, que regulamenta o serviço, com o objetivo de reduzir a informalidade e adaptar a legislação à realidade dos aplicativos e do comércio eletrônico.

Entre as principais mudanças estão o fim da idade mínima de 21 anos e a obrigatoriedade de curso especializado. Também deixam de ser exigidas a placa vermelha, a autorização específica dos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) e a inspeção semestral para motocicletas usadas em entregas.

“Há um tempo, houve uma covardia em São Paulo que fez com que mais de 100 motos de trabalhadores fossem apreendidas em blitz, sob a justificativa da exigência do curso. Hoje, isso vai cair por terra. Nós, trabalhadores, merecemos dignidade e respeito”, destacou o motoboy, Júnior Freitas.

A nova norma atualiza o sistema diante do crescimento das plataformas digitais e do aumento do número de entregadores nos últimos anos. Atualmente, o Brasil possui cerca de 1,1 milhão de trabalhadores que utilizam motocicletas para atividade econômica, mas apenas 283 mil têm o curso exigido.

Outro retrato do setor é que, de mais de 37 milhões de motos no país, apenas 160 mil têm registro na categoria aluguel, reflexo da baixa adesão às regras vigentes.

“Não tenham nenhuma preocupação em reivindicar, se organizem. Vamos colocar a cabeça para pensar e reconhecer que os trabalhadores são maioria no país e podem fazer muitas transformações. Ainda há muita coisa para acontecer neste Brasil”, finalizou o presidente Lula.

Apesar da simplificação, continuam obrigatórios o uso de colete refletivo e os demais itens de segurança definidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A atividade também seguirá sujeita às normas de trânsito, à fiscalização dos órgãos competentes e à responsabilização em caso de infrações.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/05/2026

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AUTORIZA R\$ 473,4 MILHÕES EM INTERVENÇÕES RODOVIÁRIAS EM PERNAMBUCO

Pacote inclui manutenção, pavimentação, requalificação e aviso de licitação em trechos estratégicos do estado



As obras devem melhorar o fluxo de veículos, ampliar a segurança viária e fortalecer a logística em Pernambucano. Foto: Gabriel Andrade/MT

O ministro dos Transportes, George Santoro, assinou, nesta terça-feira (19), ordens de serviço e autorizou o avanço de obras rodoviárias em Pernambuco. As ações somam R\$ 473,4 milhões em investimentos do Governo do Brasil, por meio do Novo PAC, voltados à melhoria da segurança viária e da mobilidade no estado.

Entre as intervenções assinadas estão a manutenção e pavimentação da BR-316/110/PE, no trecho entre Inajá, Ibimirim e Petrolândia; a construção do Viaduto Vitarella, na BR-101/PE, em Jaboatão dos Guararapes; e a revitalização da BR-363/PE, em Fernando de Noronha. Também foi anunciado o aviso de licitação para a travessia urbana de Toritama, na BR-104/PE.

“Essas obras representam uma decisão de investir em infraestrutura para desenvolver o país. Sem os investimentos do Governo do Brasil, a gente não consegue avançar nem destravar gargalos históricos”, afirmou o chefe da pasta.

Avanço nas rodovias

A manutenção e pavimentação da BR-316/110/PE contará com aporte de R\$ 387,8 milhões. Com 102,2 quilômetros de extensão, a obra deve melhorar as condições de tráfego e segurança para motoristas que circulam pela região. Já a travessia urbana de Toritama receberá R\$ 34,3 milhões em investimentos e deve melhorar o fluxo na BR-104/PE.

O Viaduto Vitarella terá investimento de R\$ 19,6 milhões e deve impactar diretamente a mobilidade da população da região metropolitana, especialmente em uma das áreas mais congestionadas da rodovia. Em Fernando de Noronha, serão realizados 6,8 quilômetros de requalificação da BR-363/PE com recursos de R\$ 31,7 milhões.

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, destacou que os projetos são fundamentais para garantir o desenvolvimento do estado. “A nossa prioridade é levar o direito das pessoas de irem e virem levar eficiência para permitir que o nosso estado cresça. Não dá para fazer isso sem infraestrutura logística”, ressaltou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/05/2026

INVESTIMENTO EM RODOVIAS EVITA 2,6 MIL SINISTROS E GERA ECONOMIA DE R\$ 1,28 BILHÃO

Estudo técnico aponta que melhora na conservação das pistas poupou 8.486 vítimas em rodovias federais de 2023 a 2025



“Saímos do pior índice de investimento da última década, em 2022, para um dos maiores volumes do período”, afirmou a subsecretária de Fomento e Planejamento do Ministério dos Transportes, Gabriela Avelino. - Foto: Divulgação/MT

A melhoria na conservação das rodovias federais evitou 2.611 sinistros de trânsito, poupou 8.486 vítimas e gerou economia social de R\$ 1,28 bilhão de 2023 a 2025. Os dados fazem parte de análise técnica da Subsecretaria de Fomento e Planejamento do Ministério dos Transportes, que relaciona o aumento dos investimentos públicos em manutenção rodoviária à redução de ocorrências nas pistas.

Com mais recursos para manutenção, a malha federal apresentou melhora contínua na conservação das pistas. O resultado foi medido pelo Índice de Condição da Manutenção (ICM), usado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para classificar o estado das rodovias.



A melhora na conservação das pistas também tem reflexo econômico. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que o alto número de sinistros de trânsito impacta diretamente a economia, em razão da perda de força de trabalho e de capital humano. Além disso, essas ocorrências impactam o sistema de previdência social, aumentam os custos médico-hospitalares em toda a cadeia de atendimento e geram prejuízo patrimonial e outros custos.

Segurança viária

De acordo com o estudo, cada sinistro de trânsito custa à sociedade brasileira R\$ 490.161,11. Com base neste número, a análise feita pela SFPLAN aponta que a redução dessas ocorrências no período analisado representou uma economia social de R\$ 1,28 bilhão.

Na avaliação da subsecretária de Fomento e Planejamento do Ministério dos Transportes, Gabriela Avelino, o estudo é importante para o desenvolvimento de políticas públicas para o sistema rodoviário brasileiro. “Uma das mensagens que a gente gostaria de passar é sobre a importância de políticas públicas baseadas em evidências”, disse. “Então a gente tem feito esse esforço, principalmente nesse assunto de segurança viária e sinistro de trânsito, em tentar gerar dados que subsidiem o debate”, acrescentou.

Retorno econômico

Estudo realizado pelo DNIT, em parceria com o FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), aponta que cada R\$ 1 milhão investido em infraestrutura de transportes gera um retorno de R\$ 3,34 milhões em produção na economia. De acordo com essas informações, o estudo técnico conclui que investir nas melhorias das rodovias é investir no futuro econômico do país, seja em razão da preservação de vidas, seja pelo ganho de eficiência logística e na preservação ambiental.

De acordo com a subsecretária Gabriela Avelino, os resultados apontados pelo estudo são frutos dos investimentos em recuperação e conservação das rodovias federais nos últimos anos. “A gente teve um recorde histórico de investimento em manutenção das rodovias federais”, destacou. “A gente vinha de um déficit histórico na última década, foi o pior índice de investimento na malha rodoviária, que foi o número de 2022, e a gente deu um salto para ser um dos maiores volumes de investimento na última década”, ressaltou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 20/05/2026

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CRIA CENTRO NACIONAL PARA PREVENIR MORTES NO TRÂNSITO

Nova estrutura vai estudar sinistros graves, identificar fatores de risco e propor medidas para aumentar a segurança viária no país



Ministro George Santoro assina portaria que cria o Centro Nacional de Estudos de Sinistros de Trânsito (Cnest). Foto: Gabriel Andrade/MT.

O Brasil registrou 37.150 mortes no trânsito em 2024, segundo dados do DataSUS, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). Para ampliar a prevenção e qualificar a análise de ocorrências graves, o Ministério dos Transportes instituiu, nesta terça-feira (19), o Centro Nacional de Estudos de Sinistros de Trânsito (Cnest). A iniciativa vai estudar sinistros de relevância nacional e

apoiar a construção de medidas para reduzir mortes e lesões nas vias brasileiras.

“Precisamos ter dados, evidências e conhecimento acumulado para construir políticas públicas mais eficazes de prevenção e segurança viária. Esse é o objetivo do Cnest. O Brasil ficou um longo período sem investimentos adequados em manutenção rodoviária e agora queremos compreender, de forma mais ampla, os fatores que contribuem para os sinistros, desde a infraestrutura até aspectos humanos e comportamentais”, afirmou o ministro George Santoro.

O modelo do Cnest se inspira no Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), referência nacional na análise técnica de ocorrências aeronáuticas. A proposta é aplicar metodologia semelhante ao contexto do trânsito, com foco na prevenção e na identificação de fatores contribuintes dos sinistros.

“Enquanto sociedade, temos o dever de aprender com cada acidente para entregar mais segurança à população. Além de compreender os eventos já ocorridos, é fundamental investir em prevenção proativa e preditiva, com estudos estatísticos capazes de identificar tendências e riscos antes que novos sinistros aconteçam”, afirmou o brigadeiro Alexandre Leal, Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

Além do impacto na segurança viária, os sinistros também geram consequências econômicas e sociais expressivas. Estimativas do Banco Mundial apontam que os custos associados às ocorrências chegam a R\$ 310 bilhões por ano no país, o equivalente a cerca de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Na área da saúde, dados do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) indicam aumento de 49% nas internações relacionadas a sinistros de trânsito entre 2012 e 2024.

Participaram da cerimônia o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Bruno Praxedes; o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos; e o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa.

Atuação multidisciplinar

O Cnest será composto por equipe técnica multidisciplinar, formada por especialistas em segurança viária, perícia, engenharia veicular, infraestrutura viária e outras áreas correlatas. A análise dos casos levará em conta fatores humanos, viários, veiculares e ambientais, com foco na prevenção de novas mortes e lesões no trânsito.



“O centro terá um filtro metodológico para selecionar ocorrências graves, com vítimas e maior complexidade, para permitir análises técnicas aprofundadas e direcionadas à prevenção. Vamos analisar fatores relacionados à engenharia viária, engenharia veicular, comportamento humano e condições ambientais para produzir relatórios técnicos baseados em evidências”, explicou a diretora do Departamento de Segurança no Trânsito da Senatran, Maria Alice Nascimento Souza.

Integrado às ações do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), o Cnest seguirá os princípios de Visão Zero e Sistemas Seguros, alinhados à redução de mortes e lesões no trânsito até 2030.

Próximos passos

Após a publicação da portaria, serão definidos o diretor e o coordenador do centro, além da composição do grupo técnico, que terá representantes de ministérios, órgãos públicos, especialistas e integrantes da sociedade civil. O processo inclui ainda a elaboração do regimento interno e o desenvolvimento da metodologia técnico-científica que será aplicada nas análises.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/05/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – NAVEGAÇÃO SUSTENTÁVEL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A incorporação das embarcações Beautiful Future e Blooming Future à frota da Braskem Trading & Shipping (BT&S) marca um avanço importante na busca por maior eficiência ambiental no transporte de insumos industriais. Com a promessa de cortar em 30% as emissões de dióxido de carbono (CO₂) em comparação com os padrões atuais da companhia, a iniciativa resulta em uma redução anual estimada de 6,5 mil toneladas de carbono. Os navios serão direcionados para o transporte de nafta, matéria-prima básica para a cadeia petroquímica, conectando a Costa do Golfo dos Estados Unidos aos complexos industriais da empresa no Brasil.

A escolha por navios do tipo LR1 (Long Range 1) atende à necessidade de otimização de custos e recursos em viagens de longa distância, que superam a marca de 5,5 mil milhas náuticas. Apresentados oficialmente no início de maio na China, os cargueiros utilizam motores de alta tecnologia e têm o desenho do casco planejado para diminuir a resistência na água, o que reduz diretamente o consumo de combustível por tonelada transportada. Esse esforço de engenharia naval permite que a operação supere as exigências internacionais de controle de poluentes na navegação comercial.

Essa movimentação representa a primeira etapa de um plano de renovação de frota planejado para os próximos meses, com mais duas unidades de mesma especificação técnica em fase de construção e com entregas previstas até o início de 2027. O investimento reflete a adaptação do setor químico às pressões globais por fretes marítimos menos poluentes e cadeias de suprimento mais limpas.

Ao garantir o abastecimento de suas fábricas por meio de transportadores modernos, a Braskem protege sua operação contra futuras taxas sobre o carbono e assegura maior estabilidade para o fornecimento de plásticos e resinas no mercado brasileiro. Trata-se de uma iniciativa importante que deve ser seguida por outras empresas do setor, a fim de tornar suas operações mais sustentáveis, eficientes e, como consequência, melhor preparadas para os desafios da economia nesta terceira década do século.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - FALSOS BRILHANTES



ADILSON LUIZ GONÇALVES

Escritor, engenheiro, pesquisador universitário
e membro da Academia Santista de Letras

opinioao@portalbenews.com.br

Querer ser ou se achar líder não credencia ninguém à liderança!

Há algo de inato e muito de treinamento e aprimoramento no processo de formação de um líder, mas nem todos os cursos do mundo serão eficazes se o indivíduo não tiver um mínimo de competência, bom senso e bom caráter. Na falta deles, o poder aglutinador dará lugar ao poder ditatorial baseado na repetição de frases feitas de PNL; gestuais teatrais e clichês de oratória decorados em “palestras de fim de semana”; gritos, terrorismo psicológico, humilhações públicas e exórdios; abuso da autoridade; transferência das responsabilidades por fracassos para ocultar as próprias limitações; ou uso sistemático da máxima “dividir para governar”, como modelo administrativo.

Já vi e ouvi falar de bons e maus exemplos de liderança. Desses relatos e vivências, foi possível identificar várias características dos maus líderes, dentre as quais: falta de caráter e ética, arrogância, agressividade e estupidez, às vezes tudo junto!

Esse tipo de “líder” tende a ser protagonista do que se convencionou chamar de assédio moral, que hoje é considerado crime. Mas ele não é o único responsável por sua performance. Afinal, quem os escolhe também é cúmplice (senão, mentor) de seus atos.

De fato, é comum encontrar cargos gerenciais ocupados por herança, imposição ou acordo, e não por competência.

Os critérios “técnicos” de seleção geralmente são amizade, composição política, troca de favores, relações sociais ou familiares, ou seja, pouco têm a ver com a função a ser desempenhada pelo escolhido.

No entanto, nada impede os escolhidos de serem bem-sucedidos, desde que tenham um mínimo de bom senso e humildade. Porém, a maioria tende a optar pela vaidade, pela arrogância, em suma, pelas aparências. Só que, por mais que aparentem, não passam de falsos brilhantes.

Há empresários da “alta sociedade” que conseguem a cada dez palavras dizer onze palavrões. Há “tratores” que são “bem-conceituados” por não terem escrúpulos em passar por cima dos outros, no afã de deixarem seus superiores felizes. Há os que cobram resultados, acham que tudo é simples e vivem a falar em ISO, ESG e exigências do mercado moderno sem conhecerem nada dos processos que gerenciam.

Eles não enganam ninguém (talvez só a si próprios), pois são incapazes de demonstrar seu discurso na prática. Talvez por isso vivam a repetir suas “bem-sucedidas” experiências anteriores, numa tentativa de gerar admiração ou de imputar sua incompetência aos outros. Mesmo assim, há quem os valorize e conte com suas “qualidades gerenciais”, já que as técnicas são limitadas.

Líderes dessa “estirpe” colocam em risco comunidades, empresas, cidades, estados, países e, até, o mundo! O pior é que eles surgem e prosperam, incentivados por nosso comodismo, omissão e até por sufrágio universal, que pode descambar em naufrágio coletivo do qual, com certeza, serão os primeiros “ratos” a abandonar o navio, lépidos e prontos para oferecerem sua “experiência” a qualquer outro incauto ou esperto.

Esse tipo de líder esquece que obediência pode ser exigida, mas que respeito, lealdade e parceria vêm do merecimento recíproco, em todos os níveis da estrutura social ou empresarial. Mas há os que preferem o modelo tirânico e arrogante de liderar. Talvez prefiram máquinas e IA a seres humanos.

Para esse tipo de líder, vale um alerta: a automação e a IA podem tirar-lhes o prazer de maltratar o semelhante, além de privá-los de sorrisos e apertos de mão sinceros.

Esse futuro automatizado e artificial pode subordinar-lhes robôs e sistemas infalíveis, sim. Mas aí é que mora o perigo, pois, com sua precisão e frieza, a IA não temerá dizer-lhes o que eles não admitiam ouvir de gente.

No limite, é possível que um sistema digital inteligente passe a monitorar seu desempenho como líder e, findo o relatório gerencial, automaticamente acione um assento ejetor ou o botão de descarga.

Adilson Luiz Gonçalves escreve semanalmente para o Jornal BE News, com seus artigos publicados tradicionalmente na edição de sábado e domingo e, eventualmente, na de quarta-feira.

HÁ EMPRESÁRIOS DA “ALTA SOCIEDADE” QUE CONSEGUEM A CADA DEZ PALAVRAS DIZER ONZE PALAVRÕES. HÁ “TRATORES” QUE SÃO “BEM-CONCEITUADOS” POR NÃO TEREM ESCRÚPULOS EM PASSAR POR CIMA DOS OUTROS, NO AFÃ DE DEIXAREM SEUS SUPERIORES FELIZES. HÁ OS QUE COBRAM RESULTADOS, ACHAM QUE TUDO É SIMPLES E VIVEM A FALAR EM ISO, ESG E EXIGÊNCIAS DO MERCADO MODERNO SEM CONHECEREM NADA DOS PROCESSOS QUE GERENCIAM

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

POLÍTICA - FLÁVIO FOI À CASA DE VORCARO APÓS PRIMEIRA PRISÃO

Dono do Master já usava tornozeleira eletrônica e não podia sair de São Paulo quando recebeu o senador

Por Estadão Conteúdo



A informação foi confirmada pelo próprio Flávio Bolsonaro após ele se reunir com deputados e senadores do PL nesta terça-feira

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, confirmou nesta terça-feira, 19, ter se reunido com o dono do Master, Daniel Vorcaro, na casa do banqueiro, no fim de 2025, após a primeira prisão de Vorcaro.

O fato ocorreu em novembro de 2025, no Aeroporto Internacional de São Paulo, quando Vorcaro tentava deixar o País em um jato particular. Ele permaneceu detido por cerca de dez dias e foi solto, com o uso de tornozeleira eletrônica, até ser novamente preso no início de março deste ano.

“Estive com ele mais uma vez após esse evento, quando ele passou a usar o monitoramento eletrônico. Ele não podia sair da cidade de São Paulo. Eu fui, sim, ao encontro dele para botar um ponto final nessa história, dizer que se ele tivesse ciente de que a situação era muito grave, eu teria ido atrás de outro investidor há muito mais tempo e o filme não correria risco”, declarou Flávio a jornalistas.

O senador disse só ter percebido a gravidade da situação no fim de 2025, quando Vorcaro foi preso. “O filme estava em grande risco, o filme ia ser encerrado, seria uma grande catástrofe. No dia seguinte em que ele foi preso, nesse momento, é que nós vimos ali que deu a virada de chave, nós entendemos melhor que a situação era muito mais grave”, falou.

Flávio contou que a ideia de negociar financiamento com Vorcaro surgiu por uma sugestão que recebeu em um jantar no fim de 2024. O senador não disse de quem partiu a ideia. “Em um jantar com um amigo, comentando sobre o fim da dificuldade de arrumar investidores aqui no Brasil, ele me disse que conhecia uma pessoa que já havia investido em outros filmes e me apresentou esse investidor que é o Vorcaro”, disse.



As declarações foram realizadas após Flávio se reunir com deputados e senadores do PL, na sede do partido, em Brasília. O encontro foi uma forma de Flávio dialogar com aliados após a divulgação de um áudio em que o senador cobrou dinheiro do dono do Master, Daniel Vorcaro, para financiar o filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Flávio afirmou ter acalmado os parlamentares do partido.

“Estou bastante tranquilo, bastante calmo em reafirmar que qualquer relação minha com o Vorcaro foi única e exclusivamente por causa de um filme do meu pai”, contou.

Flávio ainda defendeu o ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto sobre uma possível omissão na supervisão da autarquia no caso Master. “Roberto Campos Neto não tinha absolutamente nada a ver com a tentativa de ajudar o Banco Master”, continuou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

À ESPERA

Há mais de um mês, o Ministério de Portos e Aeroportos está sem secretário-executivo. A indicação de Guilherme Ribeiro, ex-diretor da Finanças da Infraero, definida no final de março e anunciada pelo atual ministro Tomé Franca em 2 de abril, ainda aguarda a liberação da Casa Civil. E não é o único caso de nomeação à espera do aval da pasta para ser efetivada.

O AVAL DO TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou nessa terça-feira, dia 19, o projeto de concessão do canal de acesso aquaviário ao Porto de Itajaí, em Santa Catarina, abrindo caminho para uma mudança estrutural profunda na gestão da infraestrutura marítima da região. A decisão da corte de contas valida uma modelagem que prevê um contrato de parceria de 25 anos, com possibilidade de prorrogação por até 70 anos, e estima investimentos de cerca de R\$ 300 milhões por parte da iniciativa privada. O projeto catarinense será o segundo desse tipo a ser implementado no Brasil, espelhando-se no modelo do Porto de Paranaguá (PR), cujo canal foi leilado no ano passado, e reflete a aposta do Governo Federal e do setor privado na transferência dos serviços de manutenção para o mercado para garantir maior previsibilidade operacional.

DEMANDA URGENTE

A chancela do tribunal atende a uma demanda urgente do complexo portuário de Itajaí e Navegantes, que historicamente sofre com os impactos de interrupções crônicas nos serviços públicos de dragagem. A relevância do novo modelo ficou evidente em abril, quando o canal de acesso ficou quase dois meses sem receber intervenções de desassoreamento, provocando uma redução de aproximadamente 30 centímetros na profundidade operacional da região, conforme dados oficiais divulgados pela Capitania dos Portos. No transporte marítimo, perdas dessa magnitude na lâmina d'água forçam os navios cargueiros a reduzir o volume de mercadorias a bordo para navegar com segurança, o que eleva o custo do frete e prejudica a competitividade das exportações locais.

NOVO MODELO

Com a liberação por parte do TCU, a sistemática de contratação emergencial de dragagens dá lugar a um modelo de concessão focado em metas de desempenho de longo prazo. A empresa que vencer o leilão passará a ser remunerada pela manutenção constante do calado e não pelo volume de sedimentos retirados, sendo penalizada financeiramente caso a profundidade do canal fique abaixo dos parâmetros estabelecidos. A expectativa das autoridades setoriais é de que o edital final do certame seja publicado nas próximas semanas, consolidando a segurança jurídica necessária para atrair novos investimentos privados e sustentar o ritmo de crescimento nas movimentações de cargas no terminal catarinense.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

POLÍTICA - FILME DE BOLSONARO JÁ CUSTOU R\$ 65,7 MI; VORCARO BANCOU 92%

Segundo a dona da produtora GoUp, o orçamento está em cerca de US\$ 13 milhões. Flávio Bolsonaro admitiu ter recebido mais de US\$ 12 milhões do banqueiro

Do Estadão Conteúdo



A Polícia Federal (PF) investiga se o dinheiro repassado por Daniel Vorcaro (foto) estaria sendo usado para custear Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos

O filme Dark Horse, produzido por membros do Partido Liberal (PL) para contar a história do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teve mais de 90% do seu orçamento bancado com dinheiro de Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master, preso e investigado por fraudes bilionárias na instituição.

Karina Ferreira da Gama, dona da produtora GoUp, responsável pelo longa-metragem, diz que o orçamento já realizado do filme está em cerca de US\$ 13 milhões (o equivalente a R\$ 65,7 milhões). A afirmação foi feita em entrevista à Globonews nesta terça-feira, 19.

O próprio senador e pré-candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) já admitiu que recebeu de Daniel Vorcaro mais de US\$ 12 milhões (cerca de R\$ 60,6 milhões) para “patrocinar” o filme, o que corresponde a aproximadamente 92% do orçamento atual da produção.

Na semana passada, o site Intercept Brasil revelou mensagens por escrito e áudio entre Flávio e o dono do Banco Master. Nos diálogos, o senador cobra dinheiro de Vorcaro para bancar a produção do filme sobre a vida do pai.

Na entrevista, Karina afirmou que, após a prisão de Vorcaro, todos que estavam à frente do filme tiveram que buscar novos investidores para viabilizar o projeto. Segundo a dona da produtora, Vorcaro atuou como um intermediador de verba para o longa, não como investidor.

Já Flávio Bolsonaro, em entrevistas, cita Vorcaro como investidor e patrocinador do “Dark Horse”, não como intermediador.

Karina afirmou que a GoUp não recebeu recursos diretamente de Vorcaro ou de empresas ligadas ao banqueiro, mas do fundo Heavengate. O fundo fica sediado no Texas, nos Estados Unidos, e é administrado por aliados do irmão de Flávio, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

Eduardo Bolsonaro

A Polícia Federal (PF) investiga se o dinheiro repassado por Vorcaro estaria sendo usado para custear Eduardo, que vive nos Estados Unidos em exílio auto-imposto desde o início de 2025 e teve seus bens e contas bloqueados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em entrevistas, Flávio nega que a verba de Daniel Vorcaro esteja sendo usada para outros fins além da produção do filme. A PF deve investigar o caminho do dinheiro para verificar se os recursos foram usados, de fato, para custear o longa-metragem.

Mentira

Antes da divulgação dos áudios, Flávio disse ser “mentira” que o filme “Dark Horse”, que conta a história de Jair Bolsonaro, tenha tido o financiamento de Daniel Vorcaro. Após a publicação da reportagem pelo Intercept Brasil, o senador mudou a versão e admitiu que recebeu pagamentos do banqueiro. No entanto, ele nega que tenha cometido qualquer irregularidade, e que se tratava apenas de um “patrocínio” ou um “investimento”.

Segundo as informações publicadas pelo site e confirmadas pelo Estadão, teria havido uma negociação para que Vorcaro desse uma contribuição equivalente a US\$ 24 milhões (R\$ 121,2 milhões). Esses valores estão referidos nos documentos contidos na investigação da PF sobre o caso Master.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

POLÍTICA - ALIADOS DE LULA PEDEM AO TSE VETO AO FILME

Do Estadão Conteúdo

Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acionaram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tentar adiar o lançamento do filme “Dark Horse”, produção sobre a trajetória política do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), até o fim das eleições.

A representação apresentada nesta terça-feira, 19, é de autoria do deputado federal Rogério Correia (PT-MG), vice-líder do governo na Câmara, e do grupo Prerrogativas, que reúne advogados e juristas de esquerda. Eles afirmam que o filme, com data de estreia prevista para setembro, a um mês do pleito, configura propaganda eleitoral dissimulada e propaganda antecipada.

Na semana passada, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato a presidente da República, afirmou que cogita antecipar o lançamento da produção.

A ação apresentada à Corte Eleitoral pede a “proibição cautelar da exibição, distribuição, publicidade e impulsionamento do filme durante o período eleitoral” e cita que a obra é uma “superprodução financiada por valores milionários de origem controversa, articulada por familiares e aliados políticos”.

Com revelado pelo site Intercept Brasil e confirmado pelo Estadão, Flávio pediu dinheiro ao banqueiro Daniel Vorcaro, preso e investigado pelas fraudes do Banco Master, para ajudar bancar a produção de “Dark Horse”.

Segundo o site, houve uma negociação para que Vorcaro ajudasse com uma contribuição equivalente a US\$ 24 milhões. Cerca de US\$ 10 milhões já teriam sido pagos até 2025.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

POLÍTICA - GALÍPOLO DIZ QUE LULA PEDIU TRATAMENTO TÉCNICO NO CASO MASTER

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, presidente do Banco Central explica encontro com Vorcaro em 2024

Do Estadão Conteúdo



Gabriel Galípolo disse que Vorcaro levou à reunião uma narrativa de que estava sendo perseguido pelos grandes bancos

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, voltou a dizer que a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi que ele tratasse o caso do Banco Master de forma técnica. O chefe do BC participou de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

“A orientação do presidente foi: trate de maneira técnica esse tema; você tem a autonomia e trate de maneira técnica esse tema”, disse o presidente do BC durante a audiência pública na CAE.



Galípolo repetiu que foi chamado pelo chefe do gabinete da Presidência para a reunião com Lula e o banqueiro Daniel Vorcaro em dezembro de 2024, e que quando chegou à reunião ela já havia começado.

Disse que era o único representante do BC no encontro e afirmou que Vorcaro levou uma narrativa de que estava sendo perseguido pelos grandes bancos. “Algo que não tem muita aderência ao que a gente vê é o tamanho do Master em relação ao mercado como um todo”, ponderou Galípolo.

Segundo Galípolo, Lula foi objetivo ao dizer a Vorcaro que ele seria tratado pelo BC de forma técnica. Em fevereiro deste ano, o presidente da República admitiu ter se encontrado com o banqueiro do Master. Na ocasião, o petista disse que não haveria “posição política” a favor ou contra o banco, mas sim uma “investigação técnica”.

O encontro foi mediado pelo ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, em dezembro de 2024.

Palanque político, não O presidente do Banco Central (BC) se mostrou incomodado com algumas perguntas e fez questão de explicar que parte do seu mandato é impedir que a autoridade monetária se transforme em “qualquer tipo de palanque para a política”.

Em junho do ano passado, o BC firmou um termo de compromisso com Campos Neto, à época já ex-presidente da autoridade monetária. Campos Neto se comprometeu a pagar R\$ 300 mil à autarquia, por ter deixado de verificar a legalidade de operações de câmbio e as qualificações de clientes do segmento enquanto era administrador do Santander Brasil. Segundo um processo de junho de 2025, os valores já foram pagos.

Indagado sobre esse tema na CAE, Galípolo explicou aos senadores que a assinatura de termo de compromisso é feita pelo Comitê de Decisão de Termo de Compromisso (Coter), que tem independência da própria diretoria do BC.

“O mandato que está escrito no Banco Central é que eu tenho que cuidar da estabilidade financeira e da estabilidade monetária, mas tem um terceiro mandato que tem sido um tema que eu tenho perseguido muito: não deixar o Banco Central se transformar em qualquer tipo de palanque para política”, disse Galípolo. “Não cabe a mim perseguir ninguém”, enfatizou o banqueiro central.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

POLÍTICA - CÂMARA APROVA PL DOS SAFRISTAS

Encampado pela Frente Parlamentar da Agropecuária, texto vai para sanção presidencial

Do Estádio Conteúdo

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, 19, o projeto de lei 715/2023, chamado de Lei dos Safristas. O projeto prevê que trabalhadores temporários da safra não percam o benefício do Bolsa Família, tratando sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais.

O projeto, encampado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), foi aprovado em votação simbólica. O texto segue para sanção presidencial, porque já havia sido apreciado pelo Senado.

Na prática, o projeto permite que trabalhadores rurais em contrato de regime de safra e titulares de benefícios sociais mantenham o direito ao recebimento dos benefícios.

“O projeto assegura a permanência dos trabalhadores no Bolsa Família, para aqueles trabalhadores cuja condição é de vulnerabilidade social. O contrato de trabalho de safra é essencial para a produção agropecuária nacional, viabilizando atividades indispensáveis ao abastecimento interno e às exportações, sendo fundamental para a estabilidade das cadeias produtivas”, disse o relator, deputado federal Evair de Melo (Republicanos-ES).

Ele destacou que a atividade agropecuária é sazonal e, portanto, necessita de contratos de trabalho temporários.

“As atuais regras de exigibilidade do Bolsa Família não contemplam a especificidade dos safristas, especialmente em regiões marcadas por culturas agrícolas e com renda familiar oscilando ao longo do ano e implicam no desligamento imediato das famílias do programa. Isso gera desestímulo à contratação desses profissionais”, afirmou Melo.

De acordo com o relator, o projeto não possui impacto orçamentário e fiscal, já que não gera receitas e nem perdas de arrecadação ao Executivo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

POLÍTICA - LULA DIZ QUE OUVIRÁ EMPRESAS SOBRE FIM DA ESCALA 6X1

Presidente afirma estar atento às reivindicações dos empresários. “Não fiquem assustados com o fim da escala 6x1”

Do Estádio Conteúdo



Lula recebeu uma pauta de reivindicações da Câmara Brasileira da Indústria da Construção em evento em São Paulo, nesta terça-feira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a redução da jornada de trabalho será feita de forma colaborativa, com o governo federal atento às demandas específicas de cada setor econômico, de forma a beneficiar a sociedade como um todo.

A declaração foi feita após Lula ter recebido, em São Paulo, uma pauta de reivindicações da Câmara Brasileira da

Indústria da Construção (CBIC), nesta terça-feira (19), durante a abertura do Encontro Internacional da Indústria da Construção (Enic).

“Não se escondam de fazer qualquer proposta para nós. A construção civil é imprescindível para o futuro deste país. Em qualquer momento histórico, ela é quem gera emprego com mais facilidade. É ela quem pode fazer as coisas acontecerem”, disse o presidente.

Na sequência, Lula disse que o governo estará atento às reivindicações relacionadas à redução da escala 6 por 1, que possibilitará, aos trabalhadores brasileiros, ter dois dias de descanso semanal.

“A jornada de trabalho vai ser aplicada levando em conta a especificidade de cada categoria. Ninguém vai impor isso na marra. É preciso respeitar a realidade de cada categoria, de cada profissão, de cada setor econômico, para fazer as coisas resultarem no benefício que nós queremos para a sociedade brasileira”, disse ele, na tentativa de transmitir segurança aos empresários do setor.

“Não fiquem assustados com o fim da escala 6 por 1. Isso é algo necessário, porque hoje o povo quer mais tempo para ficar em casa; quer mais tempo para o lazer; quer mais tempo para estudar e para namorar. Isso é normal porque a sociedade tem avançado muito, com os avanços tecnológicos”, acrescentou.

Dirigindo-se aos empresários da construção civil, Lula disse que precisa deles para gerar empregos, bem como para construir casas e tocar obras de infraestrutura. “E vocês precisam de mim para fazer financiamento. É uma via de duas mãos. Eu dou e recebo, e vocês dão e recebem, porque, se não for assim, não funciona”.



Durante sua fala, Lula também disse que o exercício de governar significa ter que tomar decisões e que, por isso, é preciso saber para quem está se governando. “Governar é tomar decisão, escolher para quem você quer governar, obviamente que um presidente tem que governar para todos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

POLÍTICA - FLÁVIO BOLSONARO SUGERE PAGAMENTO POR HORA

Do Estadão Conteúdo

O senador e pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentou uma proposta alternativa aos projetos que visam extinguir a jornada de trabalho no modelo 6x1 (seis dias de trabalho para um de descanso).

O parlamentar defende a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir o pagamento por hora trabalhada, cabendo ao próprio empregado definir seu período de atuação.

Flávio discutiu a “sugestão”, conforme ele mesmo a classificou, com outros integrantes do PL, durante uma reunião em Brasília, nesta terça-feira (19). Após o encontro, o senador disse a jornalistas que a ideia é ajustar a legislação, levando em conta as mudanças decorrentes dos avanços tecnológicos e preservando os direitos trabalhistas.

“Foi passada para nossa bancada essa sugestão, essa alternativa, que seria o trabalho remunerado pelas horas de trabalho, com a garantia de todos os direitos trabalhistas, como décimo terceiro, Fundo de Garantia [do Tempo de Serviço – FGTS], férias. Obviamente, proporcionais às horas de trabalho”, explicou o senador.

A manifestação ocorre em meio à tramitação de matérias sobre o tema no Legislativo. Em abril, o governo federal enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei em regime de urgência constitucional pelo fim da escala 6x1.

O texto do Executivo propõe a redução do limite da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, garantindo dois dias de descanso remunerado, sem redução salarial. Dessa forma, os empregados passariam a trabalhar, no máximo, cinco dias na semana. A proposta conta com o apoio de entidades sindicais e órgãos de representação de classe, mas tem a objeção de entidades patronais, além de dividir especialistas.

Uma pesquisa recente da Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados aponta que 73% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6x1, desde que não haja redução de salário.

Para Flávio Bolsonaro, a proposta do governo federal é inoportuna e eleitoreira. “Tenta vender para a população uma solução fácil que não vai resolver. Vai gerar desemprego”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

TRANSPORTES – PORTOS - SETOR PRODUTIVO REAGE À PROPOSTA DE FLEXIBILIZAÇÃO NO TECON SANTOS 10

Associações defendem manutenção do formato aprovado pelo TCU para o megaterminal de contêineres em Santos

Por VANESSA PIMENTEL redacao.jornal@redebeneews.com.br

Dezesseis entidades do setor produtivo divulgaram, nesta terça-feira (19), um manifesto em defesa da manutenção do modelo com restrição à participação de armadores no leilão do Tecon Santos 10, megaterminal de contêineres previsto para o Porto de Santos (SP). As associações alertam que eventuais mudanças nas regras do certame, já aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU),

podem ampliar a insegurança jurídica, atrasar investimentos bilionários e comprometer a competitividade logística brasileira.



O projeto do Tecon Santos 10 prevê investimentos de R\$ 5,6 bilhões e deverá ampliar em cerca de 50% a capacidade de movimentação de contêineres no complexo de Santos

O projeto prevê investimentos de R\$ 5,6 bilhões e deverá ampliar em cerca de 50% a capacidade de movimentação de contêineres no maior porto da América Latina, atualmente próximo da saturação operacional.

No documento, as entidades afirmam que “cada dia de atraso representa custos crescentes para importadores e exportadores brasileiros, perda de competitividade do comércio internacional, pressões sobre o emprego em setores dependentes da eficiência portuária, redução de arrecadação fiscal, além do risco de que investimentos privados sejam direcionados para outros países”.

O manifesto é uma resposta direta a outro documento divulgado nesta segunda-feira (18), assinado por nove entidades favoráveis a um leilão aberto e sem restrições no Tecon Santos 10. O texto anterior apoiava nota técnica da Casa Civil, publicada neste mês, que passou a defender um modelo com ampla concorrência no certame.

As entidades que divulgaram o novo posicionamento defendem a manutenção do formato já analisado e aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após discussões iniciadas ainda em 2021, durante o processo conhecido como STS10.

Segundo o documento, “não se pode permitir que novas burocracias e/ou opinativos criem insegurança jurídica e retardem projeto tão vital para a economia e soberania nacional”.

O texto também destaca que o Governo Federal, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) conduziram o processo de forma técnica e transparente.

Entre os signatários estão entidades importantes para o agronegócio, logística, indústria e o setor portuário, como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO).

Também assinam o manifesto a Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE), a Associação Brasileira de Embalagem de Aço (Abeaço), a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (Abir), a Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), a Associação Nacional das Empresas de Produtos Fitossanitários (Aenda), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes), o Sindicato da Indústria de Extração de Sal do Rio Grande do Norte (Siesal) e o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

TRANSPORTES - PORTOS - GOVERNO REVOGA CONCESSÃO DO CAIS MAUÁ E ENCERRA CONTRATO COM CONSÓRCIO



Decisão aponta descumprimento de exigências contratuais; Estado deve elaborar novo edital com apoio do BNDES

Por **CÁSSIO LYRA** redacao.jornal@redebeneews.com.br

O governo do Rio Grande do Sul oficializou, na terça-feira (12), a revogação do leilão de concessão do Cais Mauá, em Porto Alegre. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado e encerra a tentativa de parceria com o consórcio Pulsa RS, vencedor do certame em fevereiro de 2024. Segundo o Palácio Piratini, o grupo não cumpriu oito das dez condições necessárias para a assinatura definitiva do contrato.

O consórcio, no entanto, apresentou recurso de reconsideração na última segunda-feira (11). A empresa alega que os atrasos e pedidos de prorrogação foram motivados pelos impactos da enchente de maio de 2024 e por mudanças na área do Cais Embarcadero realizadas pelo próprio Estado. Em nota, o Pulsa RS classificou ainda como infundadas as alegações de incapacidade técnica e afirmou que pode recorrer à Justiça para reverter a decisão.

Com a revogação, o governo estadual informou que voltará a trabalhar com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na elaboração de um novo edital. O projeto deverá passar por revisões significativas, considerando novos critérios de proteção contra cheias e a viabilidade econômica da área após o desastre climático do último ano.

A revitalização do Cais Mauá, que previa investimentos superiores a R\$ 350 milhões e a recuperação de armazéns tombados, retorna agora à fase de planejamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

TRANSPORTES – HIDROVIAS - REGIÃO DOS LAGOS AVANÇA COM TRANSPORTE HIDROVIÁRIO EM NOVAS ROTAS

Projeto prevê criação de rotas hidroviárias e estruturas portuárias em seis municípios do Rio de Janeiro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Acordo de Cooperação prevê o desenvolvimento de estudos para viabilizar o transporte aquaviário regional, além da elaboração dos projetos e de licenciamentos necessários

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e o Consórcio Intermunicipal Lagos São João assinaram, na quarta-feira (7), um Acordo de Cooperação para implantação de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) e criação de novas rotas hidroviárias na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro. A iniciativa contempla os municípios de Araruama, Saquarema, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

O acordo prevê o desenvolvimento de estudos técnicos, econômicos e ambientais para viabilizar o transporte aquaviário regional, além da elaboração dos projetos básico e executivo e dos licenciamentos necessários.

Durante o evento, foram apresentados dados sobre a Laguna de Araruama, considerada a maior laguna hipersalina permanente do mundo, com cerca de 220 km² de área.

Na apresentação técnica, o chefe do Serviço de Engenharia Aquaviária do Dnit no Rio de Janeiro, Mauro Medeiros, destacou aspectos relacionados ao potencial da laguna para o transporte hidroviário, integração entre municípios, turismo, pesca e ordenamento náutico.

Participaram da assinatura o diretor de Infraestrutura Aquaviária do Dnit, Edme Tavares; a procuradora-chefe da Procuradoria Federal Especializada do Dnit, Maria Lúcia Squillace; o



superintendente regional do Dnit no Rio de Janeiro, Robson Carlindo Santana Paes Loures; e Mauro Medeiros.

O professor Emanuel Loureiro, da Universidade Federal do Pará (UFPA), apresentou estudos sobre o uso de embarcações elétricas no transporte aquaviário regional.

Representando os pescadores da Laguna de Araruama, Chico Pescador falou sobre os impactos dos esportes náuticos na atividade pesqueira e defendeu medidas de ordenamento para conciliar turismo, transporte de passageiros, esporte e pesca.

Durante a agenda institucional, a comitiva também participou de reunião na Superintendência Regional do Dnit no Rio de Janeiro para tratar de estudos voltados à Baía de Guanabara.

No encontro, foram apresentados projetos relacionados ao transporte aquaviário, incluindo estudos sobre embarcações híbridas e elétricas, soluções com motores movidos a hidrogênio e propostas de novas rotas hidroviárias.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) apresentou o Projeto Iguaçu nos estudos de viabilidade para a Baía de Guanabara. Já o Consórcio Barcas RJ e a Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana (Setram/RJ) detalharam projetos ligados à operação das embarcações e à infraestrutura de apoio necessária para o sistema aquaviário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO - BRASKEM INCORPORA NOVOS NAVIOS E AVANÇA NA DESCARBONIZAÇÃO DA FROTA MARÍTIMA

Embarcações Beautiful Future e Blooming Future reduzem emissões em cerca de 30% e reforçam a modernização no transporte entre Brasil e Estados Unidos

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br

A Braskem anunciou a incorporação de duas novas embarcações à frota da Braskem Trading & Shipping (BT&S) como parte da estratégia de modernização logística e redução das emissões no transporte marítimo. Batizados de Beautiful Future e Blooming Future, os navios devem reduzir em cerca de 30% as emissões de CO₂ em comparação à média da frota atual da companhia.

Segundo a empresa, a redução representa aproximadamente 6,5 mil toneladas de carbono por ano. As embarcações serão utilizadas no transporte de nafta — matéria-prima essencial para a produção de plásticos e outros itens industriais — em rotas entre a Costa do Golfo dos Estados Unidos e o Brasil.

Os novos navios são do tipo LR1 (Long Range 1), modelo voltado para operações de longa distância. A apresentação oficial ocorreu no último dia 8 de maio, durante cerimônia realizada na China.

De acordo com a Braskem, as embarcações contam com motores de última geração, casco otimizado para reduzir o consumo de combustível e sistemas que superam as exigências regulatórias atuais do setor marítimo em eficiência energética e controle de emissões.

Em viagens superiores a 5,5 mil milhas náuticas, os navios transportarão nafta para abastecer as unidades industriais da companhia no Brasil.

Esta é a primeira entrega de navios LR1 à BT&S em 2026. Outros dois navios do mesmo modelo estão em construção e devem entrar em operação até o início de 2027.

A companhia afirma que o investimento acompanha o movimento global de descarbonização do transporte marítimo e de renovação das frotas com tecnologias mais eficientes e sustentáveis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - RELATÓRIO DO CENIPA APONTA INCIDENTE GRAVE ENTRE AVIÕES EM CONGONHAS

Aeronaves da Gol e da Azul chegaram a ficar a apenas 22 metros de distância durante operações simultâneas de pouso e decolagem no aeroporto paulistano

Do Estadão Conteúdo



Na ocasião, um avião da Gol que ia de Salvador para São Paulo se preparava para pousar, enquanto um da Azul, que ia da capital paulista para Belo Horizonte, estava na decolagem

Um relatório preliminar do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aéreos (Cenipa), ligado à Força Aérea Brasileira (FAB) classificou a aproximação de dois aviões no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia 30 de abril, como um incidente grave. As aeronaves chegaram a ficar a apenas 22 metros de distância.

De acordo com o documento, houve uma “perda de separação regulamentar”, quando os espaços mínimos de distância entre as aeronaves são violados. Na ocasião, um avião da Gol que ia de Salvador para São Paulo se preparava para pousar, enquanto outro da Azul, que ia da capital paulista para Belo Horizonte, estava na decolagem.

O relatório do Cenipa aponta que a autorização de decolagem dessa aeronave foi cancelada pelo órgão de controle de tráfego aéreo, que também solicitou uma manobra evasiva para a que estava prestes a pousar. Esta última arremeteu e a separação foi restabelecida.

Segundo o relatório preliminar, a distância mínima registrada entre as aeronaves foi de 72 pés, o equivalente a cerca de 22 metros, valor muito abaixo dos parâmetros normalmente adotados para separação entre aeronaves em operação. O documento também informa que os dois aviões envolvidos eram um Boeing 737-8EH da Gol e um Airbus A320-251N da Azul. O caso ocorreu durante operações simultâneas de pouso e decolagem na pista principal de Congonhas, um dos aeroportos mais movimentados do país, e passou a ser

tratado pelo Cenipa como ocorrência de categoria grave devido ao risco potencial de colisão.

Conforme o Departamento de Controle do Tráfego Aéreo (Decea), na maioria dos casos, a separação vertical mínima entre aeronaves em voo é de 1.000 pés (300 metros), mas pode haver variação conforme as dimensões das aeronaves.

Nenhum dos dois aviões sofreu danos e ninguém que estava a bordo das aeronaves ficou ferido. A investigação prossegue e o Cenipa ainda divulgará um relatório final futuramente. Um prazo não foi informado.

O Estadão procurou a Gol e a Azul para comentar o relatório preliminar e aguarda retorno.

Em nota enviada à reportagem no dia do incidente, a Gol informou que o pouso “ocorreu em segurança, dentro do horário programado” e que a companhia colabora integralmente com o Cenipa na apuração do fato. A empresa ainda reforçou que “as ações em relação ao voo foram tomadas com foco na Segurança, valor número 1 da Gol”.

Também à época, a Azul informou que o voo em questão, AD6408 (Congonhas-Confins), “seguiu os procedimentos operacionais previstos para a decolagem do aeroporto paulistano”. A companhia aérea destacou que “a segurança é seu valor primordial, e que as suas operações são conduzidas de acordo com protocolos e regulamentações vigentes”. Também afirmou estar à disposição para colaborar com o Cenipa.

Relembre o caso

O avião da Azul foi autorizado a alinhar e decolar enquanto a aeronave da Gol fazia aproximação e aguardava autorização de pouso. Como a primeira aeronave demorou a decolar, o controlador de tráfego abortou a partida e pediu para que o avião da Gol arremetesse.

Mesmo com o pedido, a aeronave da Azul seguiu para a decolagem, enquanto o avião da Gol iniciou a arremetida. A torre de controle pediu então para que o avião da Gol fizesse uma curva à direita e se mantivesse a 5.500 pés — e foi então alertada pelos pilotos que houve um disparo do Sistema de Alerta de Tráfego e Prevenção de Colisão (TCAS, na sigla em inglês). A comunicação foi transmitida pelo canal do YouTube Golf Oscar Romeu.

“Infelizmente a aeronave demorou a decolar e saiu da escuta antes de ter decolado, então tive que iniciar a aproximação e mandar a manobra para chamar o controle”, informou o controlador.

O especialista em aviação Lito Sousa, que mantém o canal Aviões e Músicas no YouTube, comentou o caso no X, informando que, apesar de alguns sites alertarem para uma quase colisão, o controlador de voo manteve consciência situacional. “A primeira camada de segurança furou, com a falha de comunicação com o Azul.

A segunda camada funcionou com a consciência do controlador. E a terceira camada também funcionou com o alerta do TCAS a bordo das aeronaves. Apesar de ter dado tudo certo, eventos assim são investigados para entender o porquê da perda de separação”, informou lito.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2026

BRASIL EXPORT - AEROPORTO DE GUARUJÁ SERÁ TEMA DE DEBATE NO SANTOS EXPOR

Painel vai discutir os impactos da integração entre mobilidade aérea e expansão do Porto de Santos na logística da Baixada Santista

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



O debate trará o andamento do projeto do Aeroporto de Guarujá, que apesar de estar com as obras físicas avançando, precisa vencer etapas para, de fato, começar a receber voos

O painel “O papel do Aeroporto de Guarujá na mobilidade da Baixada Santista e sua conexão com a expansão do Porto de Santos” será um dos destaques da próxima edição do

Fórum Santos Export, que acontecerá nos dias 28 e 29 de maio, no Casa Grande Hotel Resort & Spa, em Guarujá.



Os debates vão reunir autoridades, executivos e especialistas do setor portuário e de infraestrutura para discutir como a estrutura aeroportuária pode contribuir para melhorar a fluidez logística da região.

O debate trará o andamento do projeto do Aeroporto de Guarujá, que apesar de estar com as obras físicas avançando, ainda precisa vencer etapas para, de fato, começar a receber voos, o que deve acontecer somente em 2027. Uma delas é a conclusão dos estudos técnicos exigidos para a operação do equipamento, que são o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA).

São eles que indentificarão possíveis obstáculos físicos, como prédios ou torres, ou interferências eletromagnéticas que possam afetar a navegação aérea. A prefeitura lançou a licitação para contratar os estudos em março deste ano, com custo máximo de R\$ 2,49 milhões e prazo de conclusão de 14 meses.

A programação do Santos Export contará ainda com debates sobre expansão portuária, mobilidade regional, acesso ao complexo santista, operações de carga, diversidade no setor de infraestrutura e pautas ESG, além de palestras especiais e uma edição do InfraJur, com participação do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Breno Medeiros.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2026

BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO SANTOS EXPORT 2026

PROGRAMAÇÃO SANTOS EXPORT 2026

28 | MAIO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Painel 1: O futuro do maior complexo portuário da América Latina | Tecon 10 e expansão das operações portuárias
11h00 Intervalo
11h30 Painel 2: O papel do Aeroporto de Guarujá na mobilidade da Baixada Santista e sua conexão com a expansão do Porto de Santos
12h30 Almoço
14h00 Palestra especial
14h30 Painel 3: Diversidade e inclusão no setor de infraestrutura
15h15 Painel 4: Porto de Santos protagonista no desenvolvimento de negócios para o Brasil avançar
16h00 Apresentação
16h30 Intervalo

17h00 Infracjur | Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração com a presença do exmo. sr. Breno Medeiros, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)
18h00 Painel | IBL
19h00 Sessão Solene com autoridades

29 | MAIO | SEXTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Palestra especial
09h30 Apresentação InfraESG
10h00 Painel 4: Estudo Santos 10+ e a ampliação da capacidade de acesso ao complexo santista
11h00 Intervalo
11h30 Painel 5: Demandas do setor produtivo para a aprimorar as operações de carga no estado de São Paulo
12h30 Almoço | Oferecimento: Multilog – 30 Anos

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS VÊ PARCERIA COM PEMEX COMO CAMINHO NATURAL NO GOLFO DO MÉXICO

Diretora de Exploração e Produção da estatal brasileira afirma que avanço de eventual acordo dependerá do potencial geológico das áreas

Do Estadão Conteúdo

A diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia dos Anjos, ressaltou nesta terça-feira, 19, que, em uma eventual parceria com a Pemex (estatal mexicana de óleo e gás), “o caminho mais natural” seria a associação entre as empresas. Por outro lado, o avanço de qualquer acordo depende do potencial geológico das áreas.

“Se depender dos presidentes, esse acordo para prospectar petróleo em águas profundas no Golfo do México sairia logo. A parceria que eu estou vendo, principal, é exploração. Adicionalmente, os campos

maduros. Mas é o que eu sempre digo: quem manda é a geologia”, disse ela, a jornalistas, durante evento, no Rio de Janeiro, sobre plataformas flutuantes de produção de petróleo (FPSO).



Sylvia afirmou ainda que a Petrobras acompanha a reorganização do setor de óleo e gás no México antes de avaliar eventual participação em futuras rodadas de licitação no país

Em abril, uma comitiva da estatal viajou ao México para se encontrar com representantes da estatal mexicana de óleo e gás. A possibilidade de exploração e refino no país e a possibilidade de incremento da produção em campo maduro no local estiveram entre os temas tratados.

“O México precisa de novas áreas de produção. Eles produzem 1,8 milhão de barris de petróleo bruto por dia, e está declinante. A curva de declínio é que assusta. Quando tiver BID leilão de áreas, a gente pode analisar. Mas não deve ocorrer tão cedo, porque eles ainda precisam organizar o modelo”, explicou a diretora.

A diretora afirmou ainda que a Petrobras acompanha a reorganização do setor de óleo e gás no México antes de avaliar eventual participação em futuras rodadas de licitação no país. Segundo Sylvia dos Anjos, a estatal brasileira tem expertise consolidada em exploração em águas ultraprofundas, segmento considerado estratégico para possíveis projetos no Golfo do México. A executiva também citou que a companhia mantém estudos em andamento nas áreas de exploração, produção, refino e gás natural dentro das conversas iniciadas com a Pemex.

Projetos atrelados

Sylvia dos Anjos destacou há pouco que os projetos de exploração atrelados a plataformas flutuantes (FPSO), por meio de estruturas novas e revitalizadas, têm garantido resultados expressivos à estatal. Segundo a executiva, a companhia estuda a viabilidade de até duas plataformas do tipo FPSO no bloco de Aram, na Bacia de Santos.

“A carteira da Petrobras para FPSO é robusta”, disse ela. “Aram, na Bacia de Santos, que a presidente Magda Chambriard anunciou ontem, vamos ver um, quiçá dois FPSO. A gente está trabalhando, detalhando ainda o projeto”, complementou.

Ao anunciar investimentos voltados ao estado de São Paulo, a presidente da estatal disse na segunda-feira que a companhia pretende estabelecer poços produtores no bloco até 2030.

Sylvia ainda abordou a liderança da empresa em operação em águas profundas. “Nos últimos dez anos, foram 24 FPSOs”, elencou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM QUEDA COM EXPECTATIVA DE ACORDO ENTRE EUA E IRÃ

Mercado reagiu ao adiamento de ataques norte-americanos a Teerã, mas impasse nas negociações manteve preços em patamar elevado

Do Estadão Conteúdo

O petróleo fechou em queda nesta terça-feira, 19, em meio ao otimismo dos investidores com um possível acordo de paz entre os EUA e o Irã, após o presidente norte-americano, Donald Trump, ter adiado ataques ao país persa previstos para esta terça.

O petróleo WTI para junho negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex) fechou em queda de 0,22% (US\$ 0,23), a US\$ 104 15 o barril.

Já o Brent para o mesmo mês, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), encerrou em baixa de 0,73% (US\$ 0,82) a US\$ 111,28 o barril.

No pregão eletrônico após o fechamento, contudo, o WTI virou para o positivo e o Brent arrefeceu queda em meio a notícias do Wall Street Journal de os EUA apreenderam um petroleiro ligado ao Irã no Oceano Índico e de que mediadores estão vendo pouco progresso nas negociações.

Apesar de ter voltado atrás nos ataques à Teerã, Trump enfatizou nesta tarde que uma nova ação miliar pode ocorrer até o início da próxima semana, se um acordo não fechado com o país persa. Segundo ele, os aliados do Golfo pediram mais tempo para abrir espaço para as negociações com o Irã. Do lado iraniano, o vice-ministro das Relações Exteriores Kazem Gharibabadi afirmou que os EUA estão chamando a recente “ameaça” ao país de “oportunidade de paz”.

Apesar da baixa na sessão, a falta de progresso nas negociações de paz está mantendo os preços do petróleo elevados. Há uma sensação de frustração pelo fato de não haver uma ruptura no impasse e nenhum caminho claro para um acordo para acabar com a guerra, diz Kathleen Brooks, diretora de pesquisa da XTB. Enquanto isso, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) está discutindo a possibilidade de ajudar navios a passarem pelo bloqueado Estreito de Ormuz, caso a via navegável não seja reaberta até o início de julho, segundo a Bloomberg.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - TCU VÊ ‘DESALINHAMENTO’ NA PETROBRAS EM 2024

Para o Tribunal de Contas da União, houve uma “inversão de prioridades” na execução financeira da empresa

Do Estadão Conteúdo



O tribunal destacou que a dívida bruta da estatal voltou a crescer nos últimos anos, atingindo US\$ 64,7 bilhões no primeiro trimestre de 2025

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu nesta terça-feira, 19, que a Petrobras executou, em 2024, uma política financeira desalinhada de seu próprio planejamento estratégico, com pagamento de dividendos e amortização de dívidas acima do previsto e investimentos abaixo das metas estabelecidas pela companhia.

O plenário do TCU apontou que os dividendos pagos pela estatal ficaram 88% acima do estimado no plano estratégico, enquanto os pagamentos de dívidas superaram as projeções em 49%. Em sentido oposto, os investimentos (capex) ficaram 39% abaixo do planejado.

“Constatou-se que os fluxos de caixa realizados apresentaram variações expressivas em relação ao planejamento inicial. Assim, o pagamento de dívidas foi 49% superior ao previsto, os dividendos ficaram 88% acima do estimado, enquanto os investimentos foram 39% inferiores ao planejado. Essa execução não esteve alinhada ao plano estratégico nem ao guidance da companhia, uma vez que os investimentos, que deveriam ser prioridade, acabaram sendo o menor fluxo realizado”, afirmou o ministro relator, Augusto Nardes, no acórdão.

Segundo a corte, houve uma “inversão de prioridades” na execução financeira da empresa, uma vez que o plano estratégico previa direcionar a maior parte da geração de caixa para investimentos



“Essa inversão na execução não apenas fragiliza o cumprimento das metas estratégicas, como também sugere ausência de ajustes tempestivos ao longo do exercício.”

Nardes afirmou em seu voto que a Petrobras apresenta sinais de deterioração em indicadores financeiros e operacionais, com aumento da alavancagem e queda de rentabilidade.

O tribunal destacou que a dívida bruta da estatal voltou a crescer nos últimos anos, atingindo US\$ 64,7 bilhões no primeiro trimestre de 2025, impulsionada principalmente pelo aumento dos arrendamentos de plataformas e navios.

O TCU também observou tendência de queda em indicadores como margem Ebitda e retorno sobre capital empregado (Roce), além de maior custo de dívida e alavancagem em comparação com grandes petroleiras internacionais, como BP, Shell e ExxonMobil.

Apesar das conclusões, o tribunal não aplicou sanções à companhia. O acórdão determina recomendações para aprimorar a governança financeira da estatal.

Entre as medidas, o TCU recomendou que a Petrobras estabeleça limites formais de tolerância para variações em dividendos, investimentos e endividamento, além da criação de planos de contingência para situações de desvio relevante em relação ao plano estratégico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - ALBACORA: PRODUÇÃO SERÁ RETOMADA ATÉ JUNHO

De acordo com diretora, operação deve acrescentar cerca de 40 mil barris de óleo por dia

Do Estadão Conteúdo

A diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia dos Anjos, disse nesta terça-feira, 19, que a estatal espera retomar, até o início do próximo mês, a produção no campo de Albacora, na Bacia de Campos, com a plataforma P-31 assegurando a atividade.

De acordo com Sylvia, a operação deve acrescentar cerca de 40 mil barris de óleo por dia ao volume produzido pela companhia, já que a P-25 depende do escoamento e do processamento via P-31.

“Espero que já este mês, ou no início do próximo mês, voltemos a produzir”, afirmou ao participar de um evento no Rio de Janeiro.

A P-31, que estava prestes a ser descomissionada, foi revitalizada na atual gestão e virou uma alternativa após os processos de contratação de infraestrutura para o campo não resultarem em novos contratos. O uso da estrutura foi aprovado ontem pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“A P-31 está garantindo a retomada da produção em Albacora. Digo mais: sem a P-31, provavelmente perderíamos o bloco”, complementou durante sua palestra na Expo Brasil 2026.

A liberação para a produção de petróleo, no entanto, ainda depende de outros trâmites envolvendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A Petrobras é dona de 100% da concessão do campo de Albacora, sendo o reservatório de Forno “unitizado” com o Bloco Norte de Brava. Isso ocorre quando dois blocos compartilham a mesma jazida e a produção é agrupada por meio de um AIP (Acordo de Individualização da Produção).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

ENERGIA - ANEEL APROVA R\$ 5,5 BI PARA REDUZIR CONTA DE LUZ

Medida beneficia 22 distribuidoras nas regiões Norte e Nordeste, além do estado do Mato Grosso e partes de Minas Gerais e Espírito Santo

Do Estadão Conteúdo



O critério busca equilibrar os efeitos dos descontos entre as concessionárias, levando em consideração o tamanho de cada mercado e os custos de energia em cada região

Consumidores de 22 distribuidoras de energia do país terão a conta de luz barateada. A Agência Nacional de

Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira (19) as regras para devolver até R\$ 5,5 bilhões aos consumidores por meio de descontos nas contas de luz de clientes das regiões Norte e Nordeste, além do Mato Grosso e de partes de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Segundo a agência, o objetivo é aliviar o valor das tarifas em regiões que possuem custos mais altos de geração e distribuição de energia, especialmente em áreas isoladas que dependem de usinas movidas a diesel.

O desconto médio estimado nas tarifas pode chegar a 4,51%, mas o percentual final ainda dependerá do valor total arrecadado e dos reajustes tarifários de cada distribuidora ao longo de 2026.

Os recursos virão de um encargo chamado Uso de Bem Público (UBP), valor pago pelas usinas hidrelétricas à União pelo uso dos rios para geração de energia elétrica. Na prática, embora o pagamento seja feito pelas geradoras, esse custo acaba sendo incluído nas tarifas cobradas pelas distribuidoras e repassado aos consumidores.

Até o início deste ano, esse pagamento era feito de forma parcelada pelas hidrelétricas dentro da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo usado para financiar políticas do setor elétrico.

Uma lei aprovada recentemente permitiu que as hidrelétricas antecipassem o pagamento dessas parcelas futuras com desconto de 50%. Em troca, o dinheiro arrecadado deverá ser usado para reduzir as tarifas de energia das áreas atendidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Como funcionará

A Aneel aprovou a metodologia de distribuição desses recursos entre as distribuidoras beneficiadas. O critério busca equilibrar os efeitos dos descontos entre as concessionárias, levando em consideração o tamanho de cada mercado e os custos de energia em cada região.

Inicialmente, o governo estimava arrecadar até R\$ 7,9 bilhões com a antecipação do UBP. No entanto, nem todas as geradoras aderiram ao acordo. Das 34 empresas elegíveis, 24 aceitaram antecipar os pagamentos, reduzindo a previsão final para cerca de R\$ 5,5 bilhões.

O pagamento pelas hidrelétricas está previsto para julho. Depois disso, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informará à Aneel o valor efetivamente arrecadado.

Só então a agência definirá os percentuais preliminares de desconto nas contas de luz.

Percentuais previstos

A Aneel trabalha atualmente com três cenários possíveis de desconto médio nas tarifas: 1) Arrecadação de R\$ 4,5 bilhões: redução média de 5,81%; 2) Arrecadação de R\$ 5 bilhões: redução média de 5,16%; 3) Arrecadação de R\$ 5,5 bilhões: redução média de 4,51%.

Segundo a agência, o percentual efetivo aplicado a cada distribuidora dependerá dos processos de reajuste tarifário ao longo do próximo ano.

A medida alcança consumidores atendidos por distribuidoras localizadas nas regiões Norte e Nordeste, no Mato Grosso, em partes de Minas Gerais e em partes do Espírito Santo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

ENERGIA - LEILÃO DE RESERVA PODE TER IRREGULARIDADES

Técnicos do TCU citam “elementos” de competição mitigada e potencial sobrepreço

Do Estadão Conteúdo

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que há “elementos robustos” indicando que a contratação dos produtos termelétricos, no leilão de reserva de capacidade, ocorreu em ambiente de “competição mitigada”.

Além disso, foi apontada para a sinalização de “preços excessivos e potencial sobrepreço de elevada materialidade”. O relatório diz ainda que os fatos apurados revelam que a “modelagem adotada e a posterior revisão dos preços-teto contribuíram para resultado contratual desfavorável sob a ótica da economicidade e da modicidade tarifária”.

Essas conclusões levaram à recomendação da suspensão da homologação do certame, o que não foi acatado pelo relator, Jorge Oliveira, em despacho proferido hoje. O ministro citou que há alternativas para a “resolução do problema”.

A Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica) indicou ainda que haveria outras formas de suprir a demanda do sistema elétrico. Para exercício de 2026, foi defendido que as “soluções de suprimento conjunturais e condições sistêmicas”, como nível dos reservatórios, justificariam uma eventual suspensão parcial da homologação do certame, até deliberação final sobre a matéria por esta Corte de Contas.

O ministro Jorge Oliveira determinou que Aneel, no prazo de 5 dias úteis, precisará apresentar manifestação com uma série de informações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

INDÚSTRIA - CÂMARA ARTICULA VOTAÇÃO DE PROGRAMA PARA INCENTIVAR INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES

Projeto que cria o Profert prevê benefícios tributários para ampliar a produção nacional e reduzir dependência de adubos importados

Do Estadão Conteúdo



“Teremos a responsabilidade de construir o relatório do Profert, que traz um estímulo à produção de fertilizantes no Brasil”, declarou o presidente da Câmara, Hugo Motta

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que está em construção o relatório sobre o projeto que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), que prevê uma série de



benefícios tributários para incentivar a produção nacional de fertilizantes. As declarações ocorreram nesta terça-feira, 19, à imprensa, após a realização de uma reunião com o colégio de líderes de bancadas da Câmara.

“Teremos a responsabilidade de construir o relatório do Profert, que traz um estímulo à produção de fertilizantes no Brasil. Nós sabemos que essa produção é estratégica, principalmente para o agronegócio”, disse. “O Brasil tem hoje, na sua balança comercial, uma grande importância do setor do agronegócio e não é salutar, não é bom para o futuro do país ficarmos vulneráveis aos preços dos fertilizantes que vêm de outros países”.

Há expectativa de que o Profert possa ir ao plenário da Câmara nesta quarta (20), conforme acordado na reunião do colégio de líderes, mas o relatório ainda está em negociação. O PL 699/2023 que tramita em regime de urgência na Câmara, já foi aprovado no Senado.

Conforme o parecer do Senado, as empresas beneficiárias do Profert terão isenção de PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação na aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, além de materiais de construção para usar ou incorporar no projeto de infraestrutura de produção de fertilizantes.

Os benefícios fiscais do Profert passam a vigorar apenas no primeiro dia do ano civil subsequente à publicação do projeto. Na ocasião da aprovação no Senado, o Ministério da Fazenda calculava renúncia de receita provocada pelo projeto de R\$ 1,678 bilhão em 2026.

O projeto ainda prevê a suspensão da cobrança do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias destinadas a projetos aprovados no Profert. A taxa é recolhida pela Receita Federal sobre o valor do frete cobrado pelas empresas de navegação que operam nos portos brasileiros. O projeto teve amplo apoio da indústria de fertilizantes em meio à estratégia do setor de ampliar a produção local dos adubos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

AGRONEGÓCIO - BRASIL ABRE MERCADOS NO CANADÁ E CHILE PARA NOVOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Autorizações envolvem exportação de pâncreas suíno para a indústria farmacêutica canadense e de embriões ovinos e caprinos para o mercado chileno

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O governo brasileiro concluiu negociações sanitárias com Canadá e Chile que permitirão a ampliação das exportações brasileiras de produtos de origem animal para os dois mercados. Os avanços envolvem autorizações para novos itens ligados às cadeias de suínos, ovinos e caprinos, ampliando o acesso do agronegócio nacional a mercados internacionais.

No caso do Canadá, as autoridades sanitárias locais aprovaram a exportação de pâncreas suíno destinado à indústria farmacêutica. Segundo o governo federal, o produto é utilizado na fabricação de insumos e medicamentos, e a autorização abre uma nova frente de aproveitamento econômico da cadeia suínica brasileira.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), a medida tende a ampliar o valor agregado das exportações do setor, ao permitir o aproveitamento de subprodutos da indústria de proteína animal para aplicações industriais e farmacêuticas.

O Canadá é um dos destinos relevantes para os produtos agropecuários brasileiros. Em 2025, as exportações do agronegócio brasileiro para o país superaram US\$ 1,3 bilhão. Entre os principais itens embarcados estiveram produtos do complexo sucroalcooleiro, café e carnes.

Já nas negociações com o Chile, o Brasil obteve autorização para exportar embriões ovinos e caprinos. Segundo o governo federal, a abertura de mercado envolve material genético destinado à reprodução animal.

O Chile é um dos principais parceiros comerciais do agronegócio brasileiro na América do Sul. Em 2025, as exportações brasileiras de produtos agropecuários para o país ultrapassaram US\$ 2,2 bilhões. Os principais produtos enviados ao mercado chileno foram carnes, produtos florestais e soja.

Com os novos anúncios, o agronegócio brasileiro alcançou 612 aberturas de mercado desde o início de 2023, de acordo com dados do governo federal.

As negociações foram conduzidas em conjunto pelo Mapa e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

AGRONEGÓCIO - FÓRUM DO CAFÉ DEBATE GARGALOS LOGÍSTICOS E EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES

Evento em Santos reúne representantes de 24 países e coloca em pauta infraestrutura portuária, capacidade operacional e alternativas para ampliar mercados consumidores

Por CÁSSIO LYRA redacao.jornal@redebnews.com.br



Durante a sessão solene, o presidente da ACS, Mauro Sammarco, destacou a importância do fórum, que promete receber mais de mil visitantes nos três dias de atividades

Teve início nesta terça-feira (19) o Seminário Internacional do Café, evento promovido pela Associação Comercial de Santos (ACS),

realizado na cidade. Em sua 25ª edição, o fórum, considerado um dos principais do setor cafeeiro em nível mundial, vai debater desafios e demandas do segmento nos cenários nacional e internacional.

Durante a sessão solene, o presidente da ACS, Mauro Sammarco, destacou a importância do fórum, que promete receber mais de mil visitantes nos três dias de atividades.

“É uma edição histórica, a maior de todos os tempos em termos de número de participantes. Estamos em um momento de grandes desafios, de discussões geopolíticas, desafios que temos pela frente, como os de infraestrutura e de capacidade de movimentação do nosso porto. Serão três dias de debates importantes para o nosso setor”, comentou.

De acordo com informações da organização do evento, o seminário internacional vai receber representantes de 24 países. A programação contará com debates, painéis técnicos e apresentações especiais, além de estandes voltados a networking, negociações e perspectivas futuras para o produto.

O Brasil é o principal país produtor de café, que é exportado para todo o mundo. Os números foram destacados pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, em um cenário no qual o Porto de Santos se apresenta como a principal porta de saída para o escoamento da produção brasileira.

“A cada dez xícaras de café consumidas no mundo, cinco são produzidas no Brasil e passam pelo Porto de Santos. O porto faz conexão com 200 países e precisa se apresentar de forma adequada”, pontuou.

Desafios

Um dos principais desafios de produtores e empresas ligadas ao segmento do café envolve logística e infraestrutura. Atualmente, o Porto de Santos responde por 78% das exportações de café do país, mas entraves logísticos ainda são enfrentados por quem exporta o produto.

Nesse contexto entra o Tecon Santos 10, futuro megaterminal de contêineres de Santos, que pretende ampliar a capacidade de movimentação, além de ofertar novos berços para aumentar as exportações brasileiras.

“O Tecon 10 não vai atender somente o café, mas todas as cargas industrializadas. Ele é essencial para que o porto possa se apresentar ainda mais competitivo. O terminal é essencial para que o porto possa crescer, oferecendo áreas com eficiência para a entrada e saída de produtos”, ponderou Pomini.

Impactos

Em agosto do ano passado, os Estados Unidos anunciaram um tarifaço sobre uma lista de produtos brasileiros, entre eles o café. O setor sentiu impactos diretos na corrente comercial e também nas exportações. No entanto, em novembro, o governo americano suspendeu as taxas sobre o café verde, que representa a maior parte das exportações brasileiras.

O gerente de Agronegócio da ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), Pedro Henrique de Souza Netto, destacou as ações do governo para expandir novos mercados, sem perder o impacto positivo do mercado norte-americano.

“A gente analisou não só os impactos do tarifaço, mas como poderíamos aliviar esses impactos, identificando mercados alternativos para escoar essa produção. Fizemos um trabalho de inteligência para identificar oportunidades de promoção comercial e levar o café para outros mercados, mas nunca abrimos mão dos Estados Unidos, porque é um parceiro importante. Continuamos trazendo investidores americanos ao Brasil para conhecerem nossa realidade enquanto buscamos outros destinos. Agora que o tarifaço caiu, a gente tem o melhor dos dois mundos, porque conseguimos vender para os Estados Unidos, mas também abrir portas alternativas para termos um mercado mais independente e robusto”, analisou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

ESG - PORTO DIVERSO: FLÁVIA CINTRA DEFENDE INCLUSÃO SEM ESTIGMAS

Em Santos, repórter e ativista diz que pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras sociais e cobra participação direta nas decisões sobre acessibilidade e mercado de trabalho

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A repórter do Fantástico Flávia Cintra, que também é ativista, fechou com uma palestra a programação da terceira edição do Porto Diverso, no terminal de cruzeiros Concais

Em 1991, uma garota de 18 anos voltava de viagem para Santos quando o carro capotou na interligação da Anchieta com a Imigrantes. Ela quebrou o pescoço e se tornou tetraplégica. O que veio depois do acidente, Flávia Cintra descreve não como o fim de um futuro, mas como o início de um olhar — o olhar que as pessoas passaram a ter sobre ela, e que até hoje precisa enfrentar.

Três décadas depois, essa mesma menina virou repórter do Fantástico,



da TV Globo, palestrante e uma das vozes mais reconhecidas na pauta de direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Foi ela quem fechou, na manhã desta terça-feira (19), a programação da terceira edição do Porto Diverso, no terminal de cruzeiros Concais, em Santos — evento que, desde 2024, reúne o setor portuário para debater diversidade, equidade e inclusão.

Desta vez, o tema central foi a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Empresas, gestores públicos e representantes da sociedade civil ocuparam o auditório do Concais desde as 8h15 para um dia que passou por painéis, reconhecimento de signatários de uma carta de compromisso DEI e apresentação cultural, e terminou com Flávia no centro do palco, falando sobre o que é viver com deficiência numa sociedade que ainda não sabe muito bem como olhar para isso.

“Pra muita gente eu sou coitadinha ou exemplo de superação. E pra você?” A pergunta, feita por um vídeo, divulgado durante a conversa, foi o ponto de partida da palestra. Flávia disse que naquele momento, logo após o acidente, o mais difícil não foi a lesão, foi perceber que, do dia para a noite, as pessoas passaram a enxergá-la de outro jeito. Uma garota que todos esperavam muito, de repente resumida ao passado e à tristeza de um futuro que, na visão dos outros, não ia mais acontecer.

Sem internet, sem informação circulando com a velocidade de hoje, ela foi encontrar, aqui em Santos, pessoas que também não queriam se encaixar na ideia de “coitadinha”. Um deles foi Luciano Marques, que ela citou como alguém que a ensinou muito naquela época. Desse grupo saiu o embrião de uma atuação que, anos depois, a levou a representar o Brasil nas discussões da ONU para a elaboração da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Foi lá, no início dos anos 2000, que nasceu o grito que ela trouxe para o Concais: “Nada sobre nós sem nós.” Uma frase entoada em todos os idiomas oficiais da ONU durante a construção do conteúdo da Convenção. Para Flávia, ela não é só um manifesto de presença, é também um alívio para gestores públicos e privados que precisam criar ambientes inclusivos e não sabem por onde começar.

“Toda vez que você tiver uma dúvida diante de uma situação que envolve a minha presença, me coloca no jogo, me chama para a mesa. A gente sempre surpreende com soluções simples. Na grande maioria das vezes, não precisa contratar um engenheiro da Nasa”, explicou Flávia.

O ponto central da fala foi o conceito que embasou a própria Convenção da ONU: a deficiência não é uma doença, nem uma característica isolada da pessoa. Ela existe na relação entre o indivíduo e as barreiras que a sociedade impõe.

Quanto mais barreiras, maior o impacto da deficiência na vida de alguém. Quanto menos barreiras, menor. “Aqui hoje, por exemplo, eu quase não enfrentei nenhuma. Tinha acessibilidade na entrada, um bom lugar para estacionar, não tinha degraus. O acesso foi quase perfeito por conta da remoção das barreiras pensada para esse evento”, disse.

Esse raciocínio levou à explicação de um ciclo histórico: a falta de acessibilidade manteve as pessoas com deficiência dentro de casa. Sem sair, elas não eram vistas. Sem serem vistas, não tinham como reivindicar. Sem reivindicar, as demandas não eram priorizadas. Sem prioridade, nada mudava. E o ciclo se fechava. “Hoje, finalmente, a gente rompeu esse ciclo”, afirmou. Mas fez questão de marcar que o preconceito não desapareceu — ele mudou de forma.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2026

ESG - EXPERIÊNCIAS LOCAIS DISCUTEM CAMINHOS PARA AMPLIAR ACESSO AO TRABALHO

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Antes da palestra de Flávia Cintra, o painel “Para Além das Cotas” reuniu representantes do setor público, da academia e do terceiro setor para discutir práticas de inclusão profissional. A coordenadora de Pessoa com Deficiência da Prefeitura de Santos (SP), Cristiane Zamari, apresentou iniciativas

como o programa Santos Acessível, a carteira municipal de identificação da pessoa com deficiência, a distribuição de abafadores de ruído para pessoas com hipersensibilidade auditiva e o Polo de Empregabilidade Inclusivo, voltado especialmente a pessoas neurodivergentes.

Valdinei Santos, da Comissão Permanente de Acessibilidade da Prefeitura de Guarujá, detalhou um projeto municipal voltado à capacitação e inserção profissional de pessoas com deficiência. Já Wagner Tedesco, coordenador de psicologia da UniSantos, apresentou o Programa de Desenvolvimento para Inclusão Profissional de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, que atua gratuitamente com participantes, famílias e empresas. O painel também contou com a participação do consultor em diversidade Douglas Alves.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

FINANÇAS - PROGRAMA MOVE BRASIL TEM JUROS MENORES PARA MULHERES

Linha de crédito para motoristas de aplicativos e taxistas permite financiamento de veículos com juros anuais de 12,6% para homens e 11,5% para mulheres

Da Agência Brasil



O programa estabelece linha de crédito para financiamento e manutenção de veículos (carros e motos), além da criação de capital de giro

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou nesta terça-feira, 19, que os juros que serão pagos pelos beneficiários do Move Brasil serão de

12,6% para os homens e de 11,5% para as mulheres.

De acordo com Mercadante, os juros mais baixos para mulheres foram alinhados para estimular a participação das mulheres no setor. Elas também poderão adquirir financiamentos para a compra de mecanismos de segurança.

Nesta terça, o presidente Lula lançou o programa Move Brasil, que estabelece uma linha de crédito para motoristas de aplicativos e taxistas para financiamento e manutenção de veículos, além da criação de capital de giro.

O presidente afirmou nesta terça-feira que tem o sonho pessoal de poder ofertar motos de qualidade com preços mais acessíveis. “Eu ainda espero realizar o meu sonho de financiar motos de qualidade mais baratas para os motoqueiros deste país. É uma tarefa que vocês podem cobrar”, declarou Lula.

O presidente voltou a dizer que o papel do Estado é criar oportunidades para todos os brasileiros. Lula também disse que o Move Brasil é o primeiro de uma série de iniciativas para o setor. O presidente declarou que, para isso, é necessário que os trabalhadores se organizem.

Em tom de brincadeira, Lula também disse que não é para os trabalhadores de aplicativos reclamarem com as ex-ministras Marina Silva e Simone Tebet. “O que vocês podem fazer é dar votos para as duas, um dia”. Simone é pré-candidata ao Senado e Marina concorre junto ao ex-ministro do Empreendedorismo Márcio França pela segunda vaga na Casa Alta.

Desbalanceada

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou que existe uma balança desbalanceada entre os aplicativos e os trabalhadores das empresas. Em cerimônia em São Paulo (SP), Boulos também lembrou do projeto de lei de regulamentação dos trabalhadores de aplicativos,



que ficou engavetado na Câmara dos Deputados após falta de acordos entre as empresas e os motoristas.

Boulos criou um grupo de trabalho no Palácio do Planalto, para discutir as reivindicações dos colaboradores, que não foram atendidas pelo relator da proposta, o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE).

“A balança está desequilibrada hoje entre os aplicativos e os trabalhadores. Infelizmente, o Congresso Nacional decidiu não avançar no projeto que trazia benefícios para os trabalhadores de aplicativo”, disse o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/05/2026

FINANÇAS - IBOVESPA CAI 1,52%, AOS 174,2 MIL PONTOS

Este é o menor nível desde 21 de janeiro. Já o dólar fechou em alta de 0,84%, a R\$ 5,0405
Do Estadão Conteúdo

Agora a mais de 25 mil pontos do limiar dos 200 mil, o Ibovespa seguiu em baixa pelo terceiro dia, retrocedendo nesta terça-feira, 19, ao menor nível de fechamento desde 21 de janeiro, então aos 171,8 mil.

Na sessão, oscilou dos 176.973,24, na máxima correspondente à abertura, até a mínima aos 173.543,76 pontos. Na semana, no agregado de duas sessões, recua 1,70%, colocando as perdas do mês a 6,96%. No ano, limita o avanço a 8,16%. No fechamento desta terça, o índice da B3 marcava 174 278,86 pontos, em baixa de 1,52%, com giro a R\$ 26,4 bilhões.

A correção na B3 se espalhou pelas ações de primeira linha, com destaque para o setor financeiro. No segmento, as perdas entre as maiores instituições chegaram a 2,12% em Itaú PN e a 2,05% em BTG Unit.

Os carros-chefes das commodities também cederam terreno, com a estatal em baixa de 0,23% na ON e de 0,75% na PN, enquanto Vale ON, principal papel do Ibovespa, caiu 0,99% e já acumula perda de 2,97% na semana e de 0,20% no mês. Petrobras ON e PN, por sua vez, cedem 5,59% e 6,09% em maio, respectivamente.

Dos 79 papéis da carteira Ibovespa, apenas quatro fecharam a sessão no campo positivo: Usiminas (+1,11%), Prio (+0,73%), TIM (+0,63%) e Smart Fit (+0,11%). Do lado contrário, as perdas nesta terça-feira foram lideradas por Cosan (-6,35%), B3 (-4,96%), C&A (-4,70%) e CSN Mineração (-4,67%).

Já o dólar subiu com força nesta terça-feira e voltou a superar o nível de R\$ 5,00, acompanhando a onda de valorização da moeda norte-americana no exterior. Com mínima de R\$ 5,0094 e máxima de R\$ 5,0580, o dólar à vista encerrou o dia em alta de 0,84%, a R\$ 5,0405.

A moeda norte-americana avança 1,77% frente ao real no mês, após desvalorização de 4,36% em abril. As perdas acumuladas no ano, que chegaram a superar 10% quando a taxa de câmbio ficou abaixo de R\$ 4,90, na primeira quinzena de maio, agora são de 8,17%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/05/2026

JUSTIÇA - AGU DIZ AO STF QUE LEI DA DOSIMETRIA É INCONSTITUCIONAL

Parecer foi solicitado pelo ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu a aplicação da lei até uma decisão final sobre sua constitucionalidade
Da Agência Brasil

Três ações contestam no STF a deliberação do Congresso, que derrubou o veto do presidente Lula ao PL da Dosimetria.

A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu nesta terça-feira (19) a inconstitucionalidade da Lei da Dosimetria, norma que permite a redução das penas dos réus que foram condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), o órgão também opinou pela manutenção da suspensão da aplicação da lei.

O parecer foi solicitado pelo ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu a aplicação da lei até decisão final da Suprema Corte sobre a constitucionalidade da norma.

A AGU disse que a promulgação da Lei da Dosimetria pelo Congresso representa um “retrocesso institucional”.

Para o órgão, os atentados contra a democracia devem receber a resposta firme diante da gravidade das condutas.

“A Lei nº 15.402/2026 padece, ainda, de múltiplas e graves incompatibilidades materiais com a Constituição da República, especialmente porque enquanto o constituinte originário buscou estabelecer travas severas na direção da defesa da democracia, o diploma legal impugnado, em sentido oposto, inclina-se a beneficiar aqueles que tentaram e poderão tentar subvertê-la”, afirmou a AGU.

Pelo menos três ações contestam no Supremo a deliberação do Congresso, que, no mês passado, derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei da dosimetria.

As ações foram protocoladas pelas Federação PSOL-Rede, Federação PT, PCdoB e PV e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A expectativa é que as ações sejam julgadas neste mês pelo plenário da Corte.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/05/2026

JUSTIÇA - MASTER: PF MIRA SUSPEITO DE VAZAR DADOS

Perito da Polícia Federal teria vazado informações da Compliance Zero a jornalistas
Da Agência Brasil



A decisão que autorizou a operação desta terça foi mantida sob sigilo pelo ministro André Mendonça

A Polícia Federal (PF) realizou uma operação nesta terça-feira (19) contra um perito da própria instituição, suspeito de vazar informações da Operação Compliance Zero. A investigação apura fraudes financeiras e outros crimes relacionados ao Banco Master. Foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão, autorizados pelo ministro André Mendonça, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF). O agente da PF envolvido foi afastado das funções, além de estar sujeito a medidas

alternativas à prisão, como a proibição de se comunicar com outros investigados ou de se ausentar da comarca em que reside.

A decisão que autorizou a operação desta terça foi mantida sob sigilo por Mendonça. Em nota, o Supremo informou que “o investigado, na condição de perito criminal federal, teria repassado a

integrante da imprensa informações sigilosas relacionadas a fatos ocorridos no início das investigações”.

O material repassado ilegalmente continha informações obtidas a partir da análise das apreensões feitas durante uma das primeiras fases da operação. O perito deverá agora responder pela suspeita de violação de sigilo funcional, crime previsto no Código Penal com pena mínima de seis meses e máxima de seis anos.

O objetivo principal da operação desta terça foi impedir que perito continuasse a vaziar dados da PF, bem como colher provas sobre sua participação nos vazamentos, informou o Supremo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

JUSTIÇA - POLÍCIA LOCALIZA CORPO DE DESEMBARGADOR DO TRF-2

Alcides Martins Ribeiro Filho estava desaparecido há mais de um mês no Rio. Corpo não tinha sinais de violência

Do Estadão Conteúdo



O desembargador foi afastado do cargo no ano passado por violência doméstica, resistência à prisão, lesão corporal contra policiais e abuso de autoridade

A Polícia Civil do Rio de Janeiro localizou nesta terça-feira, 19, o corpo do desembargador federal Alcides Martins Ribeiro Filho, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que estava desaparecido desde o dia 14 de abril.

O cadáver do magistrado foi encontrado nos arredores do mirante Vista Chinesa, na zona sul da capital fluminense, por agentes da Delegacia de Descoberta de Paradeiros (DDPA) e do Corpo de

Bombeiros. O corpo não apresentava sinais de violência.

A Delegacia de Homicídios da Capital (DHC) re alizou a perícia no local, e o corpo foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) “Diligências estão em andamento para esclarecer os fatos”, informou a Polícia Civil.

Na semana passada, a coluna do jornalista Lauro Jardim, do jornal O Globo, informou que Ribeiro Filho teria sacado R\$ 1 mil e entrado em um táxi para a Vista Chinesa, um mirante na zona sul do Rio, no dia 14 de abril, último dia em que foi visto.

Em maio do ano passado, o desembargador foi afastado cautelarmente pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por envolvimento em um caso de violência doméstica, resistência à prisão, lesão corporal contra policiais e abuso de autoridade.

De acordo com o CNJ, “as circunstâncias do caso indicariam um comportamento explosivo e irascível, incompatível com os requisitos mínimos para o exercício da função jurisdicional”.

“A sociedade espera e exige que os magistrados mantenham uma postura condizente com os deveres inerentes à responsabilidade do cargo, sobretudo por julgarem questões sensíveis que impactam diretamente os cidadãos e as famílias brasileiras”, afirmou o ministro Mauro Campbell Marques na ocasião.

“A confiança no Poder Judiciário é um princípio fundamental que deve ser resguardado pelo CNJ por meio de medidas como essas”, acrescentou.



Em nota, o Tribunal Regional da 2ª Região diz que recebeu a informação da localização do corpo de Alcides Martins Ribeiro Filho com “profundo pesar”, embora ressalte que o órgão não teve um “reconhecimento oficial da identidade” da vítima.

“Assim que a identificação for formalmente concluída pelas autoridades competentes, novas informações serão comunicadas por este Tribunal”, afirmou o tribunal.

A identidade do corpo foi confirmada por meio de nota pela Polícia Civil, que informou a transferência do corpo ao IML.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

JUSTIÇA - OPERAÇÃO REVELA ESQUEMA DO FALSO ADVOGADO

O grupo utilizava nomes de advogados e falsas decisões judiciais para enganar as vítimas

Do Estadão Conteúdo

Em apenas seis meses, uma quadrilha que aplicava o golpe do falso advogado movimentou cerca de R\$ 10 milhões em São Paulo e outros Estados. Só uma investigada movimentou R\$ 3 milhões sem ter renda.

Nesta terça-feira, 19, uma força-tarefa da Polícia Civil e da Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo (OAB-SP) cumpriu 26 mandados de busca e apreensão, bloqueio de bens e de prisão contra os envolvidos. Ao menos dez suspeitos foram presos.

Os detidos não tiveram os nomes revelados, o que impediu o contato com suas defesas.

A Operação SP Advocacia Mais Segura foi coordenada pela Delegacia Seccional de São José do Rio Preto, no interior paulista, onde reside a primeira vítima a denunciar as fraudes. O grupo utilizava indevidamente nomes de advogados e falsas decisões judiciais para enganar as vítimas - clientes desses advogados.

Embora os integrantes da quadrilha estivessem concentrados na capital, no litoral e na Grande São Paulo, os golpes eram aplicados também no interior e em outros Estados.

Segundo as investigações, a quadrilha movimentou cerca de R\$ 10 milhões em apenas seis meses, entre outubro do ano passado e abril deste ano. “São jovens de classe média baixa, moradores em comunidades da capital, da Grande São Paulo e da Baixada Santista. Eles trabalhavam a partir de suas casas e faziam tudo on-line”, diz o delegado seccional de Rio Preto, Everson Contelli, sobre o perfil dos suspeitos detidos.

Alguns dos investigados gastaram o dinheiro obtido ilícitamente fazendo viagens internacionais e postaram em redes sociais. Apenas uma das investigadas presas movimentou mais de R\$ 3 milhões em contas bancárias sem que tivesse qualquer renda para comprovar a origem lícita dos recursos.

O grupo entrava em contato por meio de uma central telefônica virtual para convencer clientes com ações judiciais em andamento a realizar transferências bancárias sob a falsa promessa de liberação de valores processuais. Em alguns casos, o esquema utilizava tecnologia de Inteligência Artificial (IA) para reproduzir a voz real dos advogados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

PORTUGAL - PORTUGAL LIBERA RESIDÊNCIA PARA MENORES ESTRANGEIROS NASCIDOS NO PAÍS

Reagrupamento familiar está previsto no artigo 124 da Lei de Estrangeiros e, para requerer o título de residência dos filhos, um dos progenitores deve ter residência legal

Da Público Brasil



A AIMA recomenda aos responsáveis pelos bebês e pelos menores que verifiquem com cuidado todas as informações antes de os formulários serem enviados para avaliação

A Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) liberou nesta segunda-feira, 18 de maio, em seu portal, o formulário em que imigrantes poderão pedir a autorização de residência para bebês ou menores de idade que tenham nascido em Portugal.

O pedido de residência está previsto no artigo de número 124 da Lei de Estrangeiros. Mas, para os bebês e os menores de idade terem direito ao benefício, um dos progenitores deve ter

residência legal em Portugal. Os brasileiros estão entre os imigrantes que mais pedem o reagrupamento familiar de menores de idade.

“A AIMA disponibilizou um formulário para pedido de agendamento para obtenção de Autorização de Residência, ao abrigo do artigo 124.º da Lei de Estrangeiros, destinado a bebês ou menores estrangeiros nascidos em território nacional, filhos de estrangeiros titulares de autorização de residência”, ressalta a AIMA, em comunicado.

Segundo a AIMA, o pedido de reagrupamento familiar para bebês ou menores de idade deve ser submetido por meio do Formulário de Contato, que está disponível no endereço eletrônico contactenos.aima.gov.pt.

Ao acessarem o site da agência, os interessados devem selecionar o “Tipo de Assunto — Autorização de Residência” e, depois, clicarem em “Subtipo de Assunto — Pedido Agendamento Bebês/Menores Estrangeiros Nascidos Portugal – Art. 124”.

A AIMA destaca, ainda, que todos os campos do formulário devem ser preenchidos com os dados do bebê ou do menor estrangeiro. São obrigatórios o registro de nascimento (assento) do bebê ou menor, emitido por autoridade portuguesa competente, e as cópias digitalizadas do passaporte de um dos progenitores titular de autorização de residência, do título de residência válido desse progenitor e do título de residência do outro progenitor, quando aplicável.

Para não haver erros que possam atrasar demais a análise dos pedidos de residência, a AIMA recomenda aos responsáveis pelos bebês e pelos menores que verifiquem cuidadosamente todas as informações antes de os formulários serem enviados para avaliação.

Ressalvas da AIMA

No mesmo comunicado em que avisa sobre a liberação dos formulários para o reagrupamento familiar, a AIMA especifica que, “nos termos do artigo 124.º da Lei n.º 23/2007, os menores estrangeiros nascidos em território nacional beneficiam de autorização de residência, desde que um dos progenitores resida legalmente em Portugal”.

A AIMA acrescenta: “O pedido deve ser apresentado por um dos progenitores nos seis meses seguintes ao registo de nascimento do menor”. E alerta: “Todos os formulários submetidos fora do âmbito do presente assunto, ou que não sejam acompanhados da documentação exigida, serão automaticamente desconsiderados”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/05/2026

INTERNACIONAL - JUSTIÇA ESPANHOLA INVESTIGA EX-PREMIÊ ZAPATERO POR SUPOSTO TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Audiência Nacional apura possíveis irregularidades ligadas ao resgate de 53 milhões de euros à companhia aérea Plus Ultra durante a pandemia

Do Estadão Conteúdo

A Justiça espanhola abriu uma investigação sobre o ex-primeiro-ministro José Luis Rodríguez Zapatero por suposto tráfico de influência e outros possíveis crimes ligados ao resgate estatal de uma companhia aérea.

A Audiência Nacional, em Madri, apura eventuais irregularidades financeiras relacionadas ao socorro do governo espanhol à Plus Ultra, que em 2021 recebeu 53 milhões de euros em recursos públicos provenientes dos fundos de recuperação da Covid-19.

Em comunicado, o tribunal informou que o inquérito foi ampliado para incluir Zapatero, que foi convocado a prestar esclarecimentos a um juiz em 2 de junho. Nesta terça-feira, 19, policiais munidos de mandados expedidos pelo magistrado responsável fizeram buscas no escritório do ex-premiê.

Zapatero, de 65 anos, governou a Espanha de 2004 a 2011 e é integrante do Partido Socialista, liderado pelo atual primeiro-ministro, Pedro Sánchez.

Em audiência no Senado em março, Zapatero negou qualquer irregularidade no caso e afirmou que “nunca recebeu qualquer comissão da Plus Ultra”.

A Plus Ultra é uma companhia aérea espanhola com investidores venezuelanos e se especializou em voos entre a Espanha e a Venezuela, o Peru e o Equador.

Desde que deixou o cargo, Zapatero tem dedicado parte significativa de sua atuação à interlocução com o governo venezuelano, que ficou amplamente isolado de países ocidentais após reprimir a oposição democrática.

Zapatero estava fora de cargos públicos havia uma década quando a Plus Ultra recebeu o resgate.

O ex-premiê é considerado aliado político de Sánchez, cujo partido tem sido abalado por outros escândalos de corrupção nos últimos dois anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

INTERNACIONAL - TRUMP CHAMA CUBA DE NAÇÃO “FRACASSADA” E DIZ QUERER AJUDAR

Presidente americano evita falar em ação militar na ilha, elogia cubanos e afirma que o povo precisa de ajuda

Do Estadão Conteúdo



Trump disse que Cuba é um país que não tem nada. “Eles não conseguem acender as luzes. Não conseguem comer. Nós não queremos ver isso”, afirmou

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta terça-feira, 19, que Cuba é uma “nação fracassada” e que o país “precisa de ajuda”, mas evitou responder se o regime cubano irá mudar.



Em um evento para apresentar o projeto do novo salão de festas da Casa Branca, Trump respondeu a perguntas sobre diferentes temas. Questionado sobre qual era sua visão a respeito da possibilidade de uma ação militar em Cuba, o republicano afirmou que o país entrou em contato com os EUA.

“Olha, Cuba está nos procurando. Eles precisam de ajuda. Veja, Cuba é uma nação fracassada. Cuba precisa de ajuda e nós vamos fazer isso”, disse Trump. Na sequência, o presidente foi questionado se acreditava ser possível chegar a um acordo diplomático com Cuba. “Acho que sim. Acho que sim”, respondeu.

“Eu sou muito favorável aos cubanos. Eles têm sido pessoas incríveis. Muitos perderam familiares. Muitos sofreram muito. Estiveram presos”, disse Trump.

Ele acrescentou que os cubanos-americanos são “pessoas incríveis”, que vivem principalmente em Miami, e afirmou acreditar ter recebido 97% dos votos desse grupo nas eleições presidenciais. “Eles foram tratados muito, muito mal. Foram tratados extremamente mal e nós vamos resolver isso. Isso não vai ser difícil para nós resolvermos”, disse.

Trump também foi questionado se acreditava que a mudança de regime no país era necessária, mas evitou responder diretamente. “Eu poderia fazer isso. Mude o regime ou não, sabe, tem sido um regime duro. Eles mataram muitas pessoas”, disse. “Mas é um país que realmente precisa de ajuda. Não tem nada. Eles não conseguem acender as luzes. Não conseguem comer. Nós não queremos ver isso”, acrescentou.

As declarações foram feitas em um momento de tensão entre os governos dos dois países. Além do embargo econômico em vigor desde 1962, os EUA adotaram novas restrições ao fornecimento de petróleo para a ilha e aprovaram, neste mês, um novo pacote de sanções.

Ameaça

No fim de março, Trump chegou a dizer que “Cuba é a próxima”, durante um discurso no qual exaltou ações militares americanas na Venezuela e no Irã. No entanto, ele não especificou quais medidas poderiam ser adotadas contra Havana.

Na segunda-feira, 18, o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, afirmou que a ilha tem o direito “legítimo” de responder a um eventual ataque de Washington.

A declaração foi feita após o site Axios publicar, no domingo, 17, que Cuba teria adquirido mais de 300 drones militares e estaria avaliando possíveis cenários de uso próximo à base naval americana na Baía de Guantánamo, no leste da ilha. Segundo a reportagem, autoridades americanas consideram a movimentação uma “ameaça crescente”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026

INTERNACIONAL - ISRAEL MATA 12 PESSOAS EM ATAQUE AO LÍBANO

Segundo forças israelenses, bombardeiro foi reação à “violação do acordo de cessar-fogo”
Do Estadão Conteúdo

Pelo menos doze pessoas morreram nesta terça-feira, 19, devido a novos bombardeios realizados pelo Exército de Israel contra o sul do Líbano, apesar do cessar-fogo em vigor desde meados de abril, recentemente prorrogado após conversas mediadas pelos Estados Unidos entre Israel e o Líbano.

De acordo com informações coletadas pela agência de notícias estatal libanesa, NNA, pelo menos seis pessoas, entre elas várias menores de idade, morreram em um ataque contra uma residência em Deir Qanun al Nahr, no distrito de Tiro, embora esse número possa aumentar, já que as equipes de resgate continuam removendo escombros e procurando desaparecidos.

Além disso, um bombardeio contra uma residência em Nabatiyé, também no sul do Líbano, deixou pelo menos quatro mortos, e outros dois em ataques separados contra Frun e Haruf, respectivamente, sem que o Exército israelense tenha se pronunciado a respeito.

Da mesma forma, o Exército de Israel emitiu novas ordens de evacuação para uma dúzia de localidades situadas no sul do Líbano em vista de novos bombardeios, medidas que afetam Tura, Nabatiye al Tahta, Habush, Al Bazuriyé, Tair Deba, Kafr Huna, Ain Qana, Lubaya, Jibshit, Al Shihabiyé, Burj al Shamali e Humin al Fauqa.

“A violação do acordo de cessar-fogo por parte do grupo terrorista Hezbollah obriga o Exército a agir com força contra ele”, afirmou o porta-voz em árabe do Exército israelense, Avichai Adrai, antes de exigir que os residentes se afastem “imediatamente” dessas localidades a uma distância “não inferior a mil metros”.

“Qualquer pessoa que se encontre perto de membros do Hezbollah, de suas instalações e de seus meios de combate coloca sua vida em perigo”, concluiu Adrai em uma mensagem nas redes sociais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

NORDESTE LIDERA CRESCIMENTO DO NÚMERO DE TURISTAS ESTRANGEIROS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026

Aumento de turistas no Nordeste foi de 66% contra 19% de média nacional

Por Ancelmo Gois



Paisagem noturna em Salvador (BA) com o Farol da Barra ao fundo — Foto: Ruy Cesar Klegen de Carvalho/CC

Durante séculos, o Rio de Janeiro foi certamente a cidade brasileira que mais despertou a atenção do viajante e turista estrangeiro. Isso não mudou, ainda mais depois da revitalização do Galeão. Mas o mapa do turismo brasileiro vem, cada vez mais, incorporando outros lugares — e, acredite, principalmente o Nordeste.

Os dados da Embratur, com base em informações da Polícia Federal compiladas pelo Ministério de Portos e Aeroportos, mostram que, no primeiro trimestre deste ano, o Nordeste liderou o crescimento do turismo internacional por via aérea no Brasil.

Entre janeiro e março, 212 mil viajantes residentes no exterior desembarcaram na região em voos internacionais, alta de 66% em relação ao mesmo período de 2025 e bem superior à média nacional (19%). O crescimento, nesse período, nas outras regiões foi: Sul (32%), Sudeste (14%), Norte (12%) e Centro-Oeste (5%).

O número de rotas internacionais ligando o Nordeste ao exterior saltou de 18, em 2023, para 42, em 2026, um crescimento de 133% no período. Já a quantidade anual de voos internacionais passou de 2.430 para 5.390 operações no mesmo intervalo (alta de 122%).

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o crescimento também mostra o aumento do interesse internacional pelo Brasil e pela região Nordeste, especialmente durante a alta temporada. “Praias, gastronomia, festas populares, turismo cultural e o Carnaval ajudaram a impulsionar o fluxo de visitantes estrangeiros para cidades nordestinas nos primeiros meses do ano e a impulsionar a economia da região.”

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/05/2026

JUÍZES E PROCURADORES TENTAM CRIAR NOVO PENDURICALHO SIMILAR AO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Parecer do TCU é usado para sustentar argumento de que Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade (PVTA) seria 'indenização' e não 'remuneração'

Por Pepita Ortega — Brasília



Magistrados têm recorrido ao Supremo Tribunal Federal tomando como base um parecer da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) para garantir o pagamento das verbas extras — Foto: Brenno Carvalho/Agência o Globo

Enquanto a cúpula do Judiciário define as regras para aplicar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que limitou os penduricalhos, magistrados e procuradores buscam garantir o recebimento de duas verbas com origem e forma de cálculo semelhantes, prevendo um pagamento extra de 5% do salário a cada

cinco anos de serviço público para cada um desses adicionais, duplicando o montante.

A intenção é que parte dos juízes e integrantes do Ministério Público possa receber essas parcelas ao mesmo tempo: o quinquênio, benefício extinto em 2006; e a parcela de valorização por tempo de antiguidade na carreira, verba indenizatória que o STF instituiu até que o Congresso edite uma lei sobre os penduricalhos.

Para sustentar a proposta, magistrados têm recorrido, no STF, a um parecer da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) que diz que não há “duplicidade indevida” no pagamento, ao mesmo tempo, dos dois benefícios. O documento também diz ser possível contar o mesmo período de atividade jurídica para o cálculo das duas parcelas. O parecer admite a “coincidência” nas regras de concessão, mas diz que a tal coincidência não significa que as verbas são iguais.

O principal argumento é o de que o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) só é pago a juízes que tinham o benefício até 2006 e que o recurso é considerado uma remuneração, então está sujeito ao teto constitucional. Já a Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade (PVTA) seria uma indenização, submetida a um outro limite específico, e paga de forma transitória, até o Congresso legislar sobre o tema, registra o parecer.

‘Zonas cinzentas’

A especialista de advocacy da República.org, Fernanda de Melo, diz que o impasse sobre o ATS e a parcela criada pelo Supremo dentro de um contexto de “brechas e zonas cinzentas” está fazendo com que alguns tribunais e Ministérios Públicos passem a aproveitar essas brechas para garantir ou ampliar privilégios.

— São práticas que contrariam os princípios de uma boa política salarial, a transparência e o combate às desigualdades no setor público, embora não violem frontalmente as determinações do Supremo — afirma.



Na avaliação de Fernanda, a decisão do Supremo abriu “margens excessivas em favor das carreiras jurídicas”. O cientista político e pesquisador da Universidade da Califórnia Sérgio Guedes-Reis aponta que, na tese do julgamento que limitou os penduricalhos, a lei citada como justificativa para a criação da parcela de valorização é justamente a que estabelece o ATS:

— Então é a mesma parcela. E aí acho que há um grande problema, porque ela é definida como uma parcela indenizatória. Mas o próprio STF já definiu, em outras decisões, para outras carreiras, que o ATS é remuneratório.

Nessa linha, o pesquisador vê o pagamento do ATS e da PVTA como uma remuneração em duplicidade.

Juliana Sakai, diretora executiva da Transparência Brasil, afirma que o Supremo, ao fixar a tese sobre os penduricalhos, chamou de indenização uma série de pagamentos que na verdade são remuneratórios — o que inclui a parcela de valorização por tempo de antiguidade entre outros:

— Claramente trata-se de uma distorção. Mas como há uma regra dizendo que o ATS é remuneratório, então cria-se uma nova distorção para duplicar um mesmo pagamento — disse.

A possibilidade de recebimento dos dois benefícios deve ser alvo de discussão no STF e no Conselho Nacional de Justiça. Na Corte máxima, o tema chegou a partir do recurso de procuradores e magistrados aposentados, que defendem o pagamento das verbas em simultâneo.

A entidade que representa procuradores e magistrados aposentados alegou suposta “omissão” do STF sobre o tema e indicou que parte das dúvidas que os tribunais tiveram ao implementar as regras definidas pela Corte está ligada justamente à possibilidade de o ATS e a parcela de valorização “coexistirem”.

A entidade sustenta que sim, argumentando que juízes teriam uma “diminuição expressiva de valores a receber” se o Supremo entender que as parcelas não podem ser pagas simultaneamente.

PGR vê coincidência

Ao pedir uma série de esclarecimentos sobre os penduricalhos ao STF, a Procuradoria-Geral da República (PGR) citou a possível “convivência” da nova parcela com o ATS. A PGR apontou que a base de incidência dos dois repasses é “coincidente”.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por exemplo, considera que o acórdão do julgamento dos penduricalhos leva à interpretação de que estaria autorizado o recebimento das duas verbas. De todo jeito, pediu ao Supremo que estabeleça que é possível o recebimento cumulativo do ATS e da parcela de antiguidade, conforme “compreensões” do TCU e do CNJ.

Na mesma linha, a Associação de Juízes Federais pediu o pagamento simultâneo das verbas, argumentando que elas são “bastante distintas”. O pedido é para que o Supremo garanta a continuidade do pagamento do ATS, “tendo em vista o direito adquirido da magistratura federal ao seu percebimento”.

A associação chegou a pedir que o Supremo se manifeste sobre a possibilidade de os juízes receberem os repasses da parcela de valorização, anualmente, 1% a cada ano, e não 5% a cada cinco anos.

Já no CNJ, o tópico foi levantado pelo corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, que pediu o parecer técnico do TCU agora usado pelos magistrados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/05/2026

NÃO É PAPEL DO GOVERNO FINANCIAR CARROS E TÁXIS NOVOS

Bondade para taxistas e motoristas de aplicativo é danosa à vida nas cidades, ao meio ambiente e às contas públicas

Por Editorial



Engarrafamento na Avenida 23 de Maio, em São Paulo — Foto: Edilson Dantas /Agência O Globo

Na mais recente medida eleitoreira, com o objetivo indisfarçável de melhorar os índices de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo anunciou um programa para beneficiar taxistas e motoristas de aplicativo. Criado por meio de Medida Provisória, ele permitirá financiar em até seis anos a compra de qualquer veículo de até R\$ 150 mil com juros camaradas. Os empréstimos serão fornecidos pelo BNDES por meio da rede bancária. A

conta para o Tesouro é estimada em R\$ 30 bilhões — e será paga integralmente pelo contribuinte.

Os governistas calculam que serão vendidos de 200 mil a 300 mil automóveis. O valor, diz o governo, permitirá a compra de carros mais confortáveis, para proporcionar corridas mais rentáveis. Os juros estão previstos em 12,6% ao ano para homens e 11,5% para mulheres. O governo justifica a diferença pela intenção de reforçar a presença feminina no setor. É evidente que a medida agrada a taxistas e motoristas de aplicativos. Menos evidente, mas bem mais grave, será seu custo. Haverá prejuízo para a vida nas cidades, o meio ambiente e as contas públicas.

Do ponto de vista urbanístico, não tem nexos o BNDES, banco que deveria se dedicar ao fomento de setores estratégicos ou inovadores, investir na renovação de frota de carros. Isso vai na contramão da necessidade da população, pois estimula o transporte individual em detrimento do coletivo — que caiu de 49,8% das viagens urbanas em 2017 para 31,7% em 2024, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT). A decadência do transporte público se traduz em ruas abarrotadas de automóveis e em tempos maiores de deslocamento.

Outro efeito indesejado é aumento da emissão de gases. Embora o programa também se destine a veículos elétricos ou híbridos, não há restrição aos movidos por combustíveis fósseis, em mais um estímulo à poluição ambiental nas cidades. Os R\$ 30 bilhões teriam destino bem mais sensato se financiassem ônibus elétricos, metrô ou VLTs para ajudar a desafogar as cidades e reduzir as emissões. Em vez disso, o que parece preocupar mais o governo é se o passageiro ficará parado no trânsito num carro mais confortável.

Por fim, o impacto fiscal é incontornável. A fatura do agrado se somará à lista crescente de bondades eleitoreiras, como o programa para renegociação de dívidas de famílias, micro e pequenas empresas; a expansão do Minha Casa, Minha Vida para a classe média; a revogação da “taxa das blusinhas”; a isenção ou redução de Imposto de Renda; e as inúmeras manobras para tentar conter o preço dos combustíveis. Por alguns cálculos, toda essa conta ultrapassará R\$ 150 bilhões.

Nenhum desses programas deriva de estudos sérios de políticas públicas. São feitos sob medida para conquistar públicos que se mantêm arredios a Lula. Não é coincidência que vários se voltem à classe média, setor em que ele perde popularidade. O próprio programa para taxistas e motoristas de aplicativos tenta fisgar um eleitor não muito amigável ao petista. Pelo menos o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, foi honesto ao descrevê-lo como “pacote de pai para filho”. Evidentemente, Lula não é o primeiro nem o único presidente a usar a máquina pública para distribuir afagos em busca de apoio. Mas isso não o redime. As eleições passam, e os efeitos de políticas irresponsáveis ficam.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/05/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

SEM ACORDO SOBRE TRANSIÇÃO, RELATÓRIO DA PEC DO FIM DA ESCALA 6X1 É ADIADO PARA PRÓXIMA SEGUNDA

Debate gira em torno de regime de dois até cinco anos para adoção das novas regras, embora uma ala governista defenda que não haja transição

Por Victor Ohana (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente da comissão especial na Câmara que discute o fim da escala 6x1, deputado Alencar Santana (PT-SP), informou na noite desta terça-feira, 19, que foi cancelada a sessão do colegiado em que ocorreria a leitura do parecer do relator, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), na quarta-feira, 20.

Alencar se manifestou após uma reunião sobre o assunto na residência oficial do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Estavam presentes no encontro, além de Alencar e Prates, o líder do governo na Câmara, Paulo Pimenta (PT-RS), e o autor de uma das PECs em discussão, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). A leitura do relatório foi remarcada para a segunda-feira, 25.



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o relator, deputado Leo Prates, e o presidente da comissão, deputado Alencar Santana, durante a sessão da comissão especial da Câmara que discute a PEC pelo fim da escala 6x1 Foto: Wilton Junior/Estadão

Os deputados afirmaram que ainda não há acordo sobre o período de transição para a adoção das novas regras. O Estadão/Broadcast já mostrou que o debate gira em torno de um regime de dois até cinco anos. Governistas têm defendido que não exista nenhuma transição e

atuam para que o período seja o menor possível.

“Tínhamos estabelecido a data de amanhã [quarta] como a apresentação do relatório, mas como tem pontos a serem ainda melhor maturados, melhor conversados, melhor construídos; continuaremos discutindo até segunda-feira, momento em que o relator apresentará o seu relatório”, disse Santana.

O presidente da comissão especial afirmou também: “E a transição? É dois, três, quatro, cinco anos? Esses pontos ainda serão melhor construídos”. E acrescentou: “Eu não tenho dúvida de que será o mais imediato possível”.

Segundo os deputados, estão mantidos os princípios de dois dias de descanso semanais, com jornada de 40 horas, sem redução salarial e fortalecimento das convenções coletivas.

O relator afirmou que o presidente da Câmara garantiu a votação no plenário na semana que vem. Pimenta disse, porém, que não há acordo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para que o Congresso Nacional conclua as votações antes das eleições.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 20/05/2026

SUSEP AVANÇA EM DISCUSSÃO SOBRE SEGURO CONTRA CATÁSTROFES CLIMÁTICAS E IMPACTOS NA INFRAESTRUTURA

Propostas para uma política de resiliência financeira contra desastres naturais deve ser apresentada no mês que vem

Por André Marinho



Operação de resgate com o helicóptero do Corpo de Bombeiros na Região Metropolitana, durante as enchentes no Rio Grande do Sul Foto: Lauro Alves/Secom

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) tem avançando nas discussões sobre uma eventual implementação do seguro catástrofe, conjunto de mecanismos de proteção financeira destinado a cobrir perdas causadas por eventos climáticos extremos. A autarquia espera publicar um relatório abrangente sobre o tema até o final de junho, conforme revelou o

superintendente do órgão, Alessandro Octaviani, em entrevista à Broadcast.

O documento está sendo elaborado por um grupo de trabalho que reúne cerca de 60 representantes do setor. Até o final desta semana, a versão preliminar deve apresentada aos participantes, que terão mais 15 dias para fazer os últimos apontamentos. Na sequência, os estudos serão consolidados em um relatório final. “Esse documento terá entre 60 e 80 páginas vai conter não só um diagnóstico do que está acontecendo, mas um conjunto de proposições para a elaboração de uma política de resiliência financeira contra desastres naturais”, explicou Octaviani, durante o Encontro de Resseguro, que acontece entre hoje e amanhã no Rio de Janeiro.

A criação do instrumento é uma das pautas mais discutidas no setor nos últimos anos. O tema ganhou importância após a sucessão de eventos climáticos adversos, como as enchentes no Rio Grande do Sul, entre abril e maio 2024. Os episódios expuseram o baixo nível de cobertura securitária, com prejuízos para as contas públicas. No caso do RS, as indenizações somaram R\$ R\$ 6 bilhões até setembro daquele ano, uma fração dos R\$ 88,9 bilhões em perdas estimadas, segundo estudo da Susep, com base em fontes externas.

No segundo semestre, a Susep vai formar um outro grupo de trabalho para discutir soluções relacionadas à infraestrutura. “As catástrofes climáticas arrebentam a infraestrutura do País. Precisamos lidar com as catástrofes, mas também com a reconstrução”, disse Octaviani. “Precisamos casar essas duas coisas”.

Para o superintendente, a pauta deve avançar ao longo dos próximos meses e anos, independentemente do resultado das eleições presidenciais. “Não é uma agenda de governo. Essa é uma pauta de seguradores, segurados, da indústria, da economia”, citou. “É uma entrega ao Estado brasileiro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/05/2026

OPINIÃO - INDÚSTRIA BRASILEIRA ENFRENTA CONCORRÊNCIA DESIGUAL

Não se trata de buscar proteção, mas de operar num ambiente de regras equilibradas

Por Ricardo Martins

O ano passado funcionou como um exercício de amadurecimento para a indústria brasileira. Diante de uma demanda mais contida, custos voláteis e competição acirrada, 2025 reforçou a importância da eficiência, da boa gestão e da leitura qualificada do cenário econômico.

No caso da indústria processadora de aço, um dos fenômenos mais marcantes foi o avanço das importações em diversos segmentos, muitas vezes em condições que não refletem as mesmas exigências regulatórias, técnicas, ambientais e trabalhistas impostas à produção local.

O impacto sobre margens, volumes e utilização da capacidade instalada foi direto, o que escancara a urgência do debate sobre a defesa da indústria nacional. Esse cenário se agrava após quatro anos de contração da produção, enquanto as importações cresceram 94,9% em relação ao período pré-pandemia.



O desafio vai além de administrar um ambiente complexo a curto prazo; trata-se de criar bases consistentes para o futuro Foto: Instituto Aço Bras/Divulgação

O comércio exterior é essencial à economia, mas exige isonomia concorrencial e previsibilidade. Enquanto EUA, União Europeia, Japão e Coreia do Sul adotaram políticas industriais para fortalecer as cadeias produtivas, um ambiente doméstico mais aberto no País amplia os desafios a setores intensivos em capital, deslocando o foco do volume para a sustentabilidade econômica.

É nesse contexto que 2026 se desenha para a indústria. A demanda deve permanecer moderada, com pressão competitiva elevada nos mercados interno e externo. A sustentabilidade dos negócios dependerá menos de expansão e mais de fazer escolhas precisas, priorizar investimentos com retorno, fortalecer a gestão e basear decisões em dados, inteligência de mercado e planejamento.

O ano é decisivo para o futuro. A reforma tributária, a agenda regulatória e a modernização produtiva aumentam a complexidade dos negócios: num setor de margens ajustadas e ciclos longos de investimento, a previsibilidade sustenta a capacidade de investir, sem espaço para decisões mal calibradas.

O debate sobre competitividade precisa superar as circunstâncias conjunturais e se concentrar nas condições estruturais que orientam as decisões de investimento. Para a indústria, não se trata de buscar proteção, mas de operar num ambiente de regras equilibradas que assegurem planejamento e estratégias de longo prazo em setores intensivos em capital e tecnologia.

Os aprendizados recentes mostram que prudência não é imobilismo, mas estratégia. O desafio vai além de administrar um ambiente complexo a curto prazo; trata-se de criar bases consistentes para o futuro, garantindo que a indústria mantenha capacidade de investir, inovar e contribuir de forma estruturada para o desenvolvimento econômico do País.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 20/05/2026

Por Fábio Couto, Valor — Rio

— Foto: André Ribeiro/Agência Petrobras



A Pré-Sal Petróleo (PPSA) espera chegar a um acordo com a Petrobras para a realização do primeiro leilão de gás natural da União, disse nesta terça-feira (19) Samir Awad, diretor de administração, finanças e comercialização da PPSA. A estatal gestora dos contratos de partilha do pré-sal e a União não chegaram a um acordo até o momento, disse o executivo.

O preço de utilização da infraestrutura de gás da Petrobras é o ponto central do impasse, afirmou o executivo em entrevista a jornalistas

após participar do Argus Rio Crude Conference. A PPSA pretendia realizar o primeiro certame até o fim deste ano.

“A gente não chegou ainda ao final da negociação com a Petrobras. Na verdade, a gente ‘empacou’ e não tem acordo no momento”, disse Awad.

Atualmente, a PPSA vende a parcela de gás da União à Petrobras em contratos firmados a cada ano. Segundo Awad, a PPSA quer “perseguir” um acordo que permita realizar o leilão, mesmo que a Petrobras seja um agente comercializador da gestora de contratos.

Outros pontos em discussão entre PPSA e Petrobras incluem penalidades por produção acima e abaixo da capacidade de infraestrutura contratada. Além disso, o leilão de gás depende também de uma regulamentação que deve ser estabelecida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com base em estudos que estão em andamento na Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A questão dos preços do uso da infraestrutura de gás pela Petrobras é central porque um dos objetivos do governo é baratear o gás natural produzido no país. Por ser controlador da estatal, o governo quer que a Petrobras reduza os preços para tratar o gás em unidades de processamento (UPGNs) e escoar em dutos de transporte até a costa.

Porém, a Petrobras precifica o uso das instalações com base em cálculos próprios, que consideram remuneração, margens e custos da companhia. Nas atuais condições, o plano do governo de reduzir os custos do gás não seria cumprido.

“Com os preços que temos hoje para a infraestrutura, o meu gás, da PPSA, não chegaria em terra em preços que não poderia chamá-los de reduzidos”, disse Awad.

Contratos de partilha

No contrato de partilha de produção, o Estado brasileiro é proprietário do petróleo e gás natural produzidos em áreas do pré-sal, de modo que as petroleiras atuam como operadoras. A PPSA é a responsável pela gestão de contratos no regime de partilha. Nesse modelo também há uma licitação de áreas, mas a empresa vencedora tem direito a apenas uma parte da produção, suficiente para recuperar os custos.

Outra parte da produção, denominada excedente em óleo ou óleo-lucro, é partilhada entre a União e a empresa (daí o nome do regime ser de partilha).

Nos leilões passados e na chamada oferta permanente de partilha (OPP), as petroleiras disputam áreas no pré-sal e o critério para vitória é da oferta à União do excedente em óleo. Excedente em óleo

é a parcela da produção de petróleo e/ou gás natural a ser repartida entre a União e a empresa vencedora, segundo critérios definidos no contrato e o percentual ofertado na rodada.

Na prática, parte do óleo e do gás é destinado à União, que revende as cargas ao mercado em leilões específicos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/05/2026

MINÉRIO DE FERRO AVANÇA 0,19% NA BOLSA DE DALIAN

Contrato futuro com vencimento para setembro, o mais negociado, fechou cotado a US\$ 117,3

Por Valor — São Paulo

O preço do minério de ferro avançou na China nesta quarta-feira (20), apesar de dados recentes terem mostrado uma desaceleração de investimentos em infraestrutura no último mês.

O contrato futuro do minério com vencimento para setembro, o mais negociado na Bolsa de Dalian, fechou em alta de 0,19%, cotado a 800 yuans (US\$ 117,3).

Segundo analistas da consultoria ANZ Research, há temores de que preços mais altos de energia atinjam consumidores globalmente, prejudicando exportações chinesas de aço. Leia também: Haddad está pensando em dar um salto mais alto e não posso dizer para quê, afirma Lula Ex-presidente de Cuba, Raúl Castro é indiciado nos EUA

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/05/2026

ANÁLISE: PESQUISA QUEBRA FAVORITISMO DE FLÁVIO E MOSTRA AZARÕES NA CORRIDA PRESIDENCIAL

Não é mais certo que em um segundo turno o senador do PL agregue todos os votos do antipetismo

Por César Felício, Valor — Brasília



Flávio Bolsonaro — Foto: REUTERS/Adriano Machado

A pesquisa AtlasIntel em parceria com a Bloomberg, a primeira a medir o impacto do caso “Dark Horse” na campanha presidencial, mostrou que há um, talvez dois, candidatos a azarões na disputa contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na esteira da queda de 5,3 pontos percentuais de intenção de voto de Flávio Bolsonaro (PL), que caiu de 39,7% para 34,3%, cresceram Renan Santos (Missão), de 5,3% para 6,9%; e Romeu Zema (Novo) de 3,1% para 5,2%.

A pesquisa deste instituto é feita por meio de coleta de respostas a questionários digitais, estratificados posteriormente com critérios estatísticos. O Atlas tem um histórico bom de “acerto” do resultado eleitoral em suas pesquisas, mas perde precisão nos levantamentos feitos a uma distância grande do pleito, como é o caso agora, por não captar os eleitores indecisos ou pouco engajados no processo eleitoral. A menos de cinco meses do pleito, somente 1,9% dos eleitores aparecem sem decisão de voto neste levantamento. Neste sentido, há um viés favorável à oposição, de modo geral, e a candidatos outsiders, em particular.

Mas o que chama a atenção no levantamento é a consistência lógica dos resultados diante dos fatos dos últimos dias. O resultado da pesquisa faz sentido. Flávio há seis dias não faz outra coisa além de se explicar ao eleitorado pelo áudio vazado pelo site Intercept Brasil, que mostra o senador pedindo



dinheiro ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro para a produção do filme “Dark Horse” (“azarão”, em inglês), uma hagiografia do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. O áudio colocou o bolsonarismo no centro do mais rumoroso escândalo de corrupção no Brasil desde o caso Joesley Batista em 2017.

O senador já tinha rejeição alta antes do áudio, tão alta quanto a de Lula, e o caso “Dark Horse” faz o eleitorado antipetista examinar alternativas. Romeu Zema criou uma base de militância digital relevante depois de antagonizar o Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com a plataforma de dados políticos Solon, ganhou 913 mil seguidores nas redes sociais apenas na primeira quinzena de maio. Renan Santos, fundador do MBL, pontifica desde o início do ano em redes sociais com um discurso extremista de direita, de ataques a toda classe política. Perto dele, Flávio é o retrato da moderação pró-establishment.

A lenta recuperação de Lula nas pesquisas (de 45% em fevereiro para 45,9% em março; 46,6% em abril e 47% agora) também não surpreende. O governo martela comerciais sobre suas iniciativas na televisão aberta. A cada 15 minutos os telespectadores são apresentados a programas de óbvio impacto eleitoral. Todos os governantes tendem a melhorar a sua aprovação em ano de eleição e com Lula não tem sido diferente. A alta rejeição a Lula, impede, contudo, a concretização de um cenário de vitória no primeiro turno.

Entre dezembro —mês de seu lançamento — e maio, Flávio Bolsonaro consolidou a transferência de votos dentro do bolsonarismo e agregou o eleitorado antipetista não alinhado ao pai, se tornando o favorito para ganhar as eleições presidenciais. Ainda que jamais tenha ultrapassado a intenção de voto de Lula no primeiro turno, no segundo turno se tornava o repositório natural de todos os demais candidatos. O aumento de sua rejeição de 50% para 52%, efeito direto do caso “Dark Horse”, quebra esse favoritismo. Não é mais certo que em um segundo turno o senador do PL agregue todos os votos do antipetismo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/05/2026

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

EM ACÓRDÃO, TCU AVISA QUE LEILÃO SEM RESTRIÇÕES DO TECON 10 TEM DE SER ANALISADO DE NOVO PELO TRIBUNAL

- Exigência foi feita pelo ministro Walton Alencar Rodrigues em processo de concessão de canal de Itajaí
- Documento diz que qualquer processo ainda por ser licitado não podem ter elementos estruturais alterados

Por Alex Sabino

São Paulo - Em acórdão nesta terça-feira (19) sobre o processo de concessão do canal de acesso do porto de Itajaí, o TCU (Tribunal de Contas da União) tomou decisão que influi diretamente na modelagem do leilão do Tecon 10, o megaterminal do porto de Santos.

O relator, ministro Walton Alencar Rodrigues, determinou ao Ministério de Portos e Aeroportos e à Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) que, em todos os processos ainda por serem licitados e sob controle prévio do TCU, abstenham-se de alterar elementos estruturais da modelagem após deliberação do tribunal e antes da publicação do edital.

A imagem mostra uma vista aérea de uma cidade costeira ao entardecer. À esquerda, há um rio ou mar com barcos ancorados. À direita, a cidade é composta por edifícios e armazéns, com uma estrada que segue ao longo da costa. Ao fundo, montanhas são visíveis sob um céu nublado.



Vista do canal de acesso ao porto de Santos - Eduardo Knapp-19.nov.24/Folhapress

A sinalização é que, como a Folha havia antecipado, o TCU não vai aceitar, sem antes voltar a analisar o assunto, a recomendação dada pela Casa Civil à Antaq, para não colocar restrições no certame e que este seja liberado para qualquer empresa.

A agência havia apresentado recomendação de que o leilão deveria acontecer em duas fases. Na primeira, estariam impedidos de participar os armadores (donos

de navios) que tenham terminais em Santos. Isso atingiria especialmente a dinamarquesa Maersk e a suíça MSC, sócias no complexo BTP.

O TCU foi mais longe. Em voto vencedor do ministro Bruno Dantas, manteve as duas rodadas, mas impediu, na inicial, a participação de qualquer armador, não importando se já atua em Santos ou não. Nos bastidores, os ministros da corte deixavam claro que estavam permitidas apenas a modelagem da Antaq ou a do próprio TCU. Qualquer coisa diferente disso, teria de voltar ao guarda-chuva do tribunal. O acórdão do ministro Walton Alencar Rodrigues confirma isso.

Em outro trecho do documento, ele reafirma que eventuais alterações sobre elementos estruturantes deverão ser submetidas previamente à apreciação do TCU.

O leilão se tornou também uma questão de pressão política. Armadores chineses, especialmente a Cosco, desejam participar e pressionaram o governo pela liberalização. O Mesmo fez a União Europeia. Como publicou a Folha em novembro do ano passado, o governo desejava eliminar as restrições ao leilão.

A volta do caso ao TCU deve adiar ainda mais concessão que era prevista para acontecer até o final do ano passado. Também reforça o pessimismo do setor de que pode não ocorrer em 2026.

A expectativa é que, quando estiver 100% operacional, o Tecon 10 responda por metade da movimentação do porto de Santos.

Fonte: Folha de São Paulo - SP
Data: 20/05/2026

PETRÓLEO DESPENCA MAIS DE 7% COM SINAIS DE AVANÇOS NAS NEGOCIAÇÕES EUA-IRÃ E RETOMADA EM HORMUZ

- Três superpetroleiros cruzaram estreito nesta quarta rumo à Ásia após dois meses de espera
- Vice-presidente dos Estados Unidos, J.D. Vance, disse que países fizeram muito progresso nas tratativas

São Paulo - O preço do petróleo chegou a despencar mais de 7% nesta quarta-feira (20), estendendo as perdas do dia anterior em meio a sinais de normalização do tráfego no estreito de Hormuz e de avanços nas negociações entre Estados Unidos e Irã.

O contrato de julho para o Brent, referência internacional, chegou à mínima de US\$ 103,33 por volta das 12h30 (horário de Brasília), recuo de 7,82% em relação ao fechamento de terça-feira. Às 16h15, recuava 6,48%, cotado a US\$ 104,84 por barril.

Já o petróleo WTI (West Texas Intermediate), referência dos Estados Unidos, marcava perdas de 6,28%, a US\$ 97,83 o barril. Na mínima, foi a US\$ 96,97, em queda de 6,84%.

Cinco embarcações, incluindo barcos de pesca em primeiro plano e navios mercantes ao fundo, navegando em mar calmo sob céu nublado.



Embarcações ancoradas no estreito de Hormuz, próximas à costa do Omã -/AFP

O mercado repercute a possibilidade de uma trégua definitiva na guerra que tomou o Oriente Médio há quase três meses. Na véspera, o vice-presidente dos Estados Unidos, J.D. Vance, chegou a afirmar que as negociações estavam progredindo e que nenhum dos lados quer ver uma retomada da ação militar.

"Acreditamos que fizemos muito progresso. Achamos que os iranianos querem fazer um acordo", disse Vance

a repórteres em reunião na Casa Branca.

O presidente Donald Trump adiou, também na terça-feira, uma nova campanha de bombardeio contra Teerã uma hora antes de o prazo expirar. As ameaças dos Estados Unidos foram retrucadas pelo governo iraniano, que afirmou que iria espalhar a guerra para além do Oriente Médio caso os norte-americanos voltassem a atacar o país.

"Se a agressão contra o Irã for repetida, a prometida guerra regional se estenderá além da região desta vez", declarou a Guarda Revolucionária em uma nota divulgada pela mídia estatal.

Uma nova proposta de cessar-fogo foi apresentada por Teerã nesta semana, mas seus relatos públicos repetem termos anteriormente rejeitados por Trump, incluindo exigências de controle do estreito de Hormuz, compensação por danos de guerra, levantamento de sanções, liberação de ativos congelados e a retirada das tropas norte-americanas da região.

Apesar da queda dos últimos dias, o petróleo segue refletindo o incerto vaivém das negociações. Os preços permanecem elevados: na segunda-feira, o Brent atingiu o maior valor desde 5 de maio; o WTI, desde 30 de abril.

"Continuamos a ter quantidades significativas de petróleo off-line e, como a infraestrutura regional está na mira, estamos apenas prendendo a respiração até que consigamos um acordo ou outra rodada de ação militar, portanto, um resultado binário bastante significativo nos aguarda", disse John Kilduff, sócio da Again Capital.

Há sinais de que o tráfego por Hormuz, via marítima antes responsável pelo escoamento de 20% de todo o petróleo e gás natural produzidos no mundo, está sendo retomado. Segundo dados de navegação da LSEG e da Kpler, três superpetroleiros cruzaram a hidrovia rumo à Ásia nesta quarta, depois de mais de dois meses de espera no Golfo Pérsico com 6 milhões de barris de petróleo bruto do Oriente Médio a bordo.

Os navios usaram uma rota de trânsito definida pelo Irã, em sinal de flexibilização parcial do bloqueio que motivou a escalada do preço da commodity nas últimas semanas. Cerca de 20 mil navegadores permanecem presos no Golfo a bordo de centenas de navios.

Antes do início da guerra, o tráfego marítimo pelo estreito era de 125 a 140 passagens diárias, em média.

Nos últimos dias, o tráfego marítimo tem sido, em média, de dez navios que entram e saem do estreito, incluindo navios de carga e outros, sendo que os navios-tanque de petróleo ainda representam uma pequena proporção do volume total, de acordo com análise da Reuters baseada em dados de rastreamento de navios.

"O ambiente operacional permanece de alto risco com base nos recentes ataques a navios na área", disse o Centro Conjunto de Informações Marítimas liderado pela Marinha dos EUA em uma nota na terça-feira.

Nesta quarta-feira, associações do setor de transporte marítimo emitiram novas orientações para os navios que pretendem navegar pelo estreito, apontando para vários riscos, incluindo o de serem atacados, a ameaça de drones e minas, mas também o congestionamento imprevisível do tráfego e a "supervisão militar reduzida".

"Centenas de embarcações continuam impossibilitadas de transitar pelo Estreito de Hormuz e, no caso de um retorno às condições mais normais de navegação, o movimento de todas essas embarcações dentro do estreito poderia representar um risco considerável à navegação", disseram as associações na orientação.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

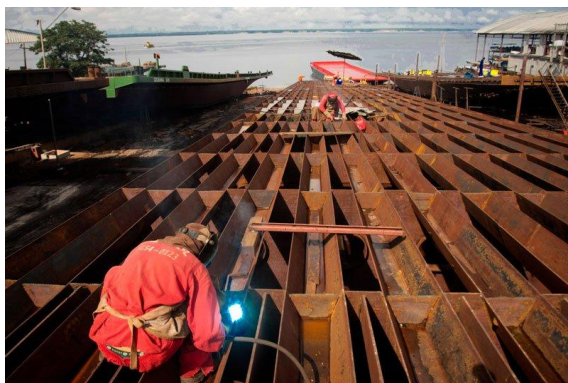
Data: 20/05/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS SOBE 36% NO 1º TRIMESTRE

Por Danilo Oliveira Indústria naval 19/05/2026 - 22:43

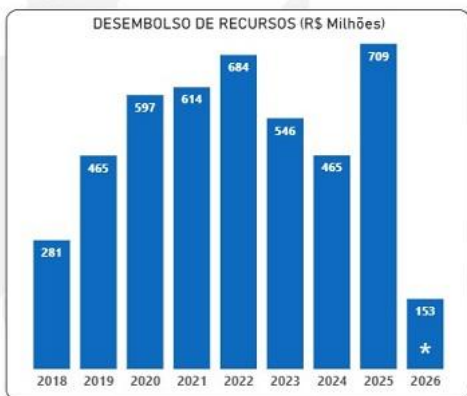


Saldo das contas vinculadas, no final de março de 2026, alcançou R\$ 721 milhões, ante R\$ 684 milhões ao final de 2025

Os repasses de recursos das contas vinculadas totalizaram R\$ 153 milhões no primeiro trimestre de 2026, um aumento de 36% em relação ao mesmo período de 2025, quando os desembolsos somaram R\$ 112,4 milhões e fecharam aquele exercício em R\$ 709 milhões. A maior parte dos valores liberados se concentra no Amazonas (R\$ 57 milhões), estado que também tem o maior número de operações: 33 das 69

registradas nos três primeiros meses de 2026.

Outros R\$ 50,4 milhões correspondem à categoria 'não especificada', cuja complexidade das operações pode beneficiar dois ou mais estados, conforme os critérios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na sequência, aparecem Rio de Janeiro, com três operações e R\$ 30,3 milhões em valores liberados; Pernambuco com duas operações que somam R\$ 12 milhões; Rio Grande do Sul (R\$ 1,7 milhão), Amapá (R\$ 1 milhão) e Santa Catarina (R\$ 220,9 mil).



*Desembolso de recursos repassados às empresas pelo AF - recursos liberados às EBNs. (1º TR)
Fonte: BNDES

Dos R\$ 153 milhões de liberações das contas vinculadas, R\$ 33 milhões correspondem a 10 projetos de construção naval, R\$ 53 milhões à categoria serviços (42 projetos) e os demais R\$ 68 milhões da rubrica 'prestação' (17 projetos). A navegação interior, com 49 projetos, concentra R\$ 74 milhões. Outros R\$ 76 milhões são de valores liberados para 19 projetos de cabotagem. O sistema registrou 2 milhões para um projeto de longo curso.

Em relação ao status, R\$ 40 milhões foram concluídos, distribuídos em um total de 29 projetos, R\$ 48 milhões foram considerados com andamento 'intermediário' (24) e R\$ 66 milhões (16) estão em estágio inicial.

As operações com recursos das contas vinculadas beneficiaram principalmente armadores dos estados do Amazonas (38 operações, R\$ 66,7 milhões liberados), São Paulo (12 operações, R\$ 43,3 milhões liberados), Rio de Janeiro (4 operações, R\$ 20,5 milhões), Pará (11 operações, R\$ 11,4 milhões liberados), Pernambuco (3 operações, 8,1 milhões) e Acre (1 operação, R\$ 2,6 milhões liberados).

Saldo das contas

Na série histórica contabilizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (2016-2025), os desembolsos totalizam R\$ 5,4 bilhões. Já o saldo das contas vinculadas, no final de março de 2026, alcançou R\$ 721 milhões, ante R\$ 684 milhões ao final de 2025 e R\$ 398 milhões no encerramento do exercício de 2024.

A conta vinculada é um mecanismo de fomento aos armadores nacionais para que eles possam renovar, equipar ou reparar suas embarcações em empresas especializadas e estaleiros nacionais. Ela teve origem na implantação da política de fomento à marinha mercante nacional e à indústria naval no país e foi mantida na Lei 10.893/2004, que destina parte do AFRMM gerado nas operações de frete às empresas de navegação.

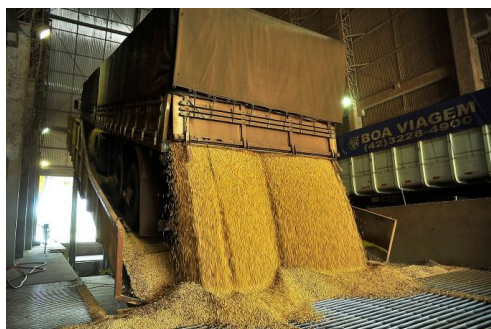
Esses recursos podem ser utilizados na aquisição ou reformas de embarcações e são depositados nas contas vinculadas de AFRMM das empresas brasileiras de navegação (EBNs). As contas são abertas no Banco do Brasil em nome das empresas de navegação cujo objetivo é receber parcelas do produto da arrecadação do AFRMM que lhes cabe, movimentadas pelo BNDES.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2026

SAFRA E DEMANDA POR DERIVADOS AMPLIARÃO ESMAGAMENTO DE SOJA EM 2026, PREVÊ ABIOVE

Da Redação Economia 20/05/2026 - 17:50



A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) divulgou, nesta quarta-feira (20), balanço com a atualização das projeções para o complexo da soja e previsão de que o processamento do grão deve alcançar 62,5 milhões de toneladas em 2026. De acordo com o estudo, a expectativa é de que o esmagamento interno atinja patamar recorde, impulsionado pelo aumento da safra, estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 180,13 milhões de toneladas, e pela crescente demanda por derivados.

As expectativas para o ano, segundo a entidade, indicam avanço na atividade industrial e na oferta de produtos com maior valor agregado, com produção de farelo de soja de 48,1 milhões de toneladas e de óleo de soja de 12,55 milhões de toneladas. A previsão da Conab é de que as importações do grão cheguem a 900 mil toneladas e a do óleo a 125 mil toneladas.

No comércio exterior, a projeção é de que o Brasil mantenha a liderança global, com exportação de soja em grão atingindo 114,1 milhões de toneladas e registrando alta de 0,4%. As estimativas indicam ainda vendas externas de 24,8 milhões de toneladas de farelo e crescimento das exportações de óleo de soja, com o volume total chegando a 1,6 milhão de toneladas.

Segundo o balanço da Abiove, os dados de março de 2026 confirmaram o crescimento no processamento da soja, com 4,995 milhões de toneladas e alta de 25,8% em relação a fevereiro e de 5,9% na comparação com março de 2025. No acumulado do ano, o processamento atingiu 12,840 milhões de toneladas, com aumento de 9,8% quando comparado ao mesmo período do ano passado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2026

ARTIGO - COMISSÃO TRIPARTITE VISA DAR MAIS SEGURANÇA AO TRABALHO MARÍTIMO

Por Cid de Camargo Júnior Opinião 20/05/2026 - 18:02



O Ministério do Trabalho e Emprego anunciou a criação de uma Comissão Tripartite com o objetivo de fortalecer as condições de trabalho marítimo no Brasil. A iniciativa representa um importante avanço para a proteção dos direitos dos trabalhadores que atuam em embarcações, portos e atividades ligadas à navegação.

A comissão será formada por representantes do governo, dos empregadores e dos trabalhadores, seguindo o modelo de diálogo social recomendado pela Organização Internacional do Trabalho. Esse formato tripartite busca promover equilíbrio nas decisões e

garantir maior participação dos setores envolvidos.

O transporte marítimo possui papel estratégico para a economia brasileira, especialmente no comércio internacional. Grande parte das exportações e importações do país depende diretamente das operações marítimas e portuárias. Diante dessa importância econômica, torna-se fundamental garantir condições dignas de trabalho aos marítimos. A nova comissão terá como foco discutir temas relacionados à segurança, saúde ocupacional, jornadas de trabalho e fiscalização trabalhista.

A criação da comissão também reforça o compromisso do Brasil com normas internacionais voltadas à proteção do trabalhador marítimo. Entre os principais instrumentos internacionais está a Convenção do Trabalho Marítimo de 2006, conhecida como a “Carta de Direitos dos Marítimos”. A MLC 2006 foi elaborada pela Organização Internacional do Trabalho e estabelece padrões mínimos para condições de trabalho no setor marítimo mundial. A convenção trata de direitos relacionados a salários, repouso, alimentação, alojamento, assistência médica e proteção social. Também estabelece regras sobre contratos de trabalho, segurança a bordo e inspeções das embarcações.

O Brasil ratificou oficialmente a Convenção do Trabalho Marítimo em 2020, fortalecendo seu compromisso com os padrões internacionais. A ratificação ocorreu por meio do Decreto Legislativo nº 179/2017 e foi posteriormente promulgada pelo Decreto nº 10.671/2021. Com isso, as normas internacionais passaram a integrar oficialmente o ordenamento jurídico brasileiro. A comissão criada pelo MTE poderá atuar justamente na implementação prática dessas diretrizes internacionais.

Outro instrumento importante relacionado ao setor marítimo é a Organização Marítima Internacional, agência especializada das Nações Unidas responsável pela segurança da navegação. A IMO desenvolve convenções internacionais voltadas à segurança marítima e à prevenção de acidentes ambientais. Entre elas destaca-se a Convenção SOLAS, considerada uma das mais importantes normas internacionais de segurança marítima. O Brasil também é signatário da SOLAS, comprometendo-se com medidas de proteção à vida humana no mar.

Outra convenção relevante é a Convenção STCW, que estabelece padrões internacionais de treinamento, certificação e qualificação profissional dos marítimos. O Brasil ratificou a STCW e segue suas exigências para formação e habilitação de profissionais da navegação. A comissão tripartite poderá contribuir para atualizar políticas de qualificação profissional alinhadas a essas normas internacionais.

Além das convenções internacionais, a Constituição Federal brasileira garante direitos fundamentais aos trabalhadores. A Consolidação das Leis do Trabalho também possui dispositivos aplicáveis a determinadas categorias marítimas e portuárias.

No entanto, as especificidades do trabalho embarcado exigem regulamentações próprias e atualizadas. Por isso, o diálogo entre sindicatos, empresas e governo torna-se essencial para adaptar as normas à realidade do setor.

A participação sindical será importante para apresentar demandas relacionadas à saúde física e mental dos trabalhadores. A rotina marítima frequentemente envolve longos períodos longe da família e jornadas intensas de trabalho. Esses fatores podem causar desgaste emocional e impactos psicológicos relevantes.

A nova comissão poderá discutir medidas de proteção social e apoio psicológico aos profissionais do mar. Os representantes das empresas também terão papel importante ao apresentar desafios operacionais e econômicos enfrentados pelo setor. Já o governo atuará como mediador das negociações e responsável pela elaboração de políticas públicas trabalhistas.

A expectativa é que a comissão contribua para reduzir conflitos trabalhistas e melhorar a fiscalização das embarcações. Especialistas afirmam que melhores condições de trabalho aumentam a produtividade e a eficiência das operações marítimas. Além disso, o cumprimento das normas internacionais fortalece a credibilidade do Brasil no comércio global. Empresas que seguem padrões internacionais tendem a conquistar maior competitividade no mercado externo.

Assim, a criação da Comissão Tripartite representa não apenas um avanço trabalhista, mas também econômico e social. A iniciativa demonstra o compromisso do Brasil com a valorização do trabalho digno e com o cumprimento das convenções internacionais ratificadas pelo país. Ao promover diálogo, segurança e proteção aos marítimos, o país avança rumo a relações de trabalho mais modernas, humanas e eficientes no setor marítimo nacional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2026

VLI REGISTRA MOVIMENTAÇÃO MENSAL RECORDE DE GRÃOS E FARELOS

Da Redação Portos e logística 20/05/2026 - 18:01



A VLI informou, nesta quarta-feira (20), que registrou em abril sua maior movimentação mensal de grãos e farelos, com 2,96 milhões de toneladas transportadas pelas ferrovias nas quais opera, volume 3,5% superior ao último recorde em um mês, em março de 2025. De acordo a companhia, em portos, ela embarcou cerca de 1,99 milhão de toneladas, com alta de 0,5% na comparação com março do ano passado.

A empresa creditou os resultados a recentes investimentos em aumento de capacidade, segurança e infraestrutura. Gabriel Fonseca, gerente geral de grãos da VLI, explicou que a companhia habilitou novas rotas conectadas a corredores de exportação e expandiu sua participação na cadeia de movimentação de farelos. "Esse novo recorde é fruto da evolução da nossa performance operacional", afirmou.

A VLI informou ainda que em 2025 registrou recordes também na movimentação de milho e soja e de farelos, com o transporte de 23 milhões de toneladas em suas ferrovias, 16% a mais que em 2024. No mesmo período, os portos operados pela companhia embarcaram 15,4 milhões de toneladas, com crescimento de 14% na comparação anual.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2026



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 082/2026
Página 64 de 64
Data: 20/05/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 20/05/2026